

ATO 2

94



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Tema:

**Desenvolvimento e Comunidade(s): Interação e
Conflito num Projecto para a Gestão Comunitária
de Recursos Naturais. O Caso de Goba, Província de
Maputo, 1997-2002.**

Autor: Altino Jerónimo Moisés

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane.

Supervisor: Doutora Maria José Arthur

U.E.M. - UFICS
R. E. 4423
DATA 12/07/05
AQUISIÇÃO Oferta
COTA ATO-22

Maputo, Março de 2003

ÍNDICE

Declaração.....	ii
Agradecimento.....	iii
Dedicatória.....	iv
Abreviaturas.....	v
Lista de Anexos.....	vi
Resumo.....	vii
I. Introdução.....	1
II. Desenvolvimento: Teorias e Abordagens.....	8
III. Buscando alternativas: O Desenvolvimento Comunitário.....	16
IV. Goba: Uma Vila Carvoeira e Agrícola.....	23
V. Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET.....	30
VI. Tensões e Conflitos em Torno dos Recursos Naturais.....	37
VII. Construindo Uma Problemática: Lógicas Contraditórias na Construção das Representações de Comunidade em Goba.....	44
VIII. Metodologia.....	48
IX Bibliografia Consultada.....	51
X. Bibliografia por Consultar.....	54

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho de fim de curso, nunca foi apresentado na sua essência para obtenção de qualquer grau acadêmico e que ele constitui o resultado de minha investigação pessoal, estando indicado no texto as citações e na bibliografia as fontes que utilizei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma directa ou indirecta tornaram possível este trabalho. Reconheço que sem eles não pudesse ter sido capaz de levar a bom termo este trabalho. Agradeço de forma muito especial a minha supervisora, **Dra. Maria José Arthur** pelo esforço, paciência e dedicação que teve durante o processo deste projecto.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família e de forma muito especial ao meu pai **Sebastião Moisés e Virgínia Moisés** (Já falecidos), a minha mãe **Georgina Altino Pinto**, aos meus irmãos **Victor, Lourenço, Rosa e Noémia**, a minha namorada **Berta** e a minha filha **Wendy**. Dedico também aos meus colegas de Carteira nomeadamente o **Quitério, Elísio, a Sónia** entre outros, por terem sido as pessoas que estiveram envolvidas no percurso da minha formação.

ABREVIATURAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados

BM - Banco Mundial

CFM - Caminhos de Ferro de Moçambique

DNFFB - Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia

FAO - Food and Agriculture Organization

FMI - Fundo Monetário Internacional

IAC - Instituto Agrário de Chimoio

IUCN - União Mundial Para a Natureza

LCD - Less Developed Countries

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

ONU - Organização das nações unidas

ONG - Organização Não Governamental

PIB - Produto interno Bruto

PRE - Plano de Reabilitação Económica

SPFFB - Serviços Provinciais de Florestas e fauna Bravia

UEM - Universidade Eduardo Mondlane

RESUMO

A gestão dos recursos naturais é um campo de estudo que têm ocupado um lugar cada vez mais privilegiado nos círculos académicos e entre agentes de desenvolvimento dada a sua importância para a vida humana e para equilíbrio ecológico do planeta.

A gestão dos recursos naturais como ponto de agenda em Moçambique é integrada após a independência, mais concretamente a partir do III Congresso da Frelimo em Fevereiro de 1977. Aqui foi adoptada uma estratégia de desenvolvimento assente na alocação administrativa de recursos por via da planificação centralizada com o Estado como centro de acumulação.

Foi reafirmado neste Congresso, a partir do artigo 8º da constituição da República, que os recursos naturais são património do Estado e é ele que determina as condições do seu uso e aproveitamento (Legislação sobre a Actividade de Caça, 1978).

No que concerne aos recursos florestais é de referir que esta foi uma fase caracterizada por uma grande degradação destes recursos devido a aspectos como a fraca capacidade do Estado para gerir os mesmos, a exploração descontrolada de florestas e a pouca experiência dos técnicos deste sector em gestão participativa.

Deste modo, para fazer face a esta situação surgiu em 1997 no quadro da Nova Política de Florestas e Fauna Bravia, uma modalidade alternativa ao sistema de gestão estatal: **O Maneio Comunitário de Recursos Naturais.**

O Maneio Comunitário de Recursos Naturais, é entendido como um instrumento para o uso regulado dos recursos naturais. É praticado por intervenientes que possuem um interesse comum nos referidos recursos. O factor mais importante aqui é de que os recursos naturais são controlados e a sua utilização é normada a nível local.

Esta modalidade alternativa de gestão dos recursos naturais, vai basear se em observações de processos similares em outras regiões que já haviam implementado o Maneio Comunitário de Recursos Naturais como estratégia de desenvolvimento rural, nomeadamente o Zimbabwe e a Zâmbia .

Neste âmbito, pretendemos com o presente estudo analisar como o maneio Comunitário de Recursos Naturais é socialmente apropriado pelas comunidades locais no caso específico da vila de Goba. A proposta que este projecto apresenta é uma tentativa de reivindicação de um ângulo de observação e análise desta realidade a nível da Antropologia.

Para cumprir com este objectivo, apresentamos os instrumentos teóricos e metodológicos adequados para o estudo desta realidade empírica.

I. INTRODUÇÃO

Com o presente trabalho, pretende-se fazer um estudo dos projectos de desenvolvimento implementados em Moçambique colocando ênfase nos que são direccionados à gestão de recursos naturais.

A gestão dos recursos naturais como ponto da agenda em Moçambique é integrada após a independência nacional em Junho de 1975, mais concretamente a partir do IIIº Congresso da Frelimo em Fevereiro de 1977. Aqui foi adoptada uma estratégia de desenvolvimento assente na alocação administrativa de recursos por via da planificação centralizada, com o Estado como centro de acumulação.

Neste âmbito, a gestão dos recursos naturais passa a ser da inteira responsabilidade do Estado. Esta posição foi reafirmada, a partir do artigo 8º da constituição da República, que enfatiza que os recursos naturais são património do Estado e é ele que determina as condições do seu uso e aproveitamento. É com este fundamento que em 1978 é emanada a Legislação sobre as Actividades Florestais e da Caça.

No que concerne à gestão dos recursos florestais e faunísticos, é de realçar que o período logo após o Congresso foi caracterizado por uma grande degradação dos mesmos devido a aspectos ligados à fragilidade das instituições administrativas responsáveis pelo seu controlo, nomeadamente a DNFFB e os SPFFB, a sua exploração descontrolada e a pouca experiência por parte dos técnicos do sector em gestão participativa (COSSA, 2001: 92).

Existe uma outra linha de pensamento que argumenta que a guerra civil, a economia centralizada e um mercado fortemente controlado pelo Estado foram os factores principais que contribuíram para a degradação dos recursos naturais. Do ponto de vista social, a guerra enfraqueceu as instituições locais, provocou deslocamentos populacionais e criou um clima de desconfiança geral entre os vários grupos da população (MATAKALA, 2001:6).

Problema

Em termos ecológicos, a fauna bravia foi dizimada não só pelas partes beligerantes mas também por caçadores furtivos. Da mesma maneira, os recursos florestais eram explorados a níveis não sustentáveis (ibidem,p.7).

Em consequência deste facto, as restrições outrora mantidas pelas comunidades locais deixaram de se fazer sentir, e as populações, bem como outros interessados, começaram a explorar estes recursos de livre acesso o que conduziu automaticamente à degradação destes bens comuns.

Deste modo, para fazer face a esta situação, por volta dos anos 90, mais concretamente a partir de 1997, surge em Moçambique uma modalidade alternativa ao sistema de gestão estatal: **O Maneio Comunitário de Recursos naturais.**

Esta nova modalidade de gestão dos recursos naturais surge no âmbito da nova política de Florestas e da Fauna Bravia num período em que já operavam no país grandes transformações no sistema político e económico. Como se sabe, em 1985 Moçambique integrou-se ao FMI e ao BM. Assim, em 1987, inicia-se um programa de reforma económica (PRE), reflectindo assim a política de mudança para uma economia de mercado caracterizada pela liberalização e privatização de uma grande parte do sector estatal, bem como a criação de pacotes de incentivos para atrair o investimento por parte do sector privado.

Com a liberalização o Estado liberta a paisagem social na qual exerceu autoridade legal e transfere a sua gestão para as comunidades locais. Sendo assim, com a nova política de Florestas e Fauna Bravia, as comunidades locais deixam de ser vistas como agentes passivos no processo de planificação do desenvolvimento do país, reconhecendo-se que elas detêm conhecimentos e legítimo posicionamento no tecido social que, bem aproveitados, podem impulsionar a optimização do processo de maneio dos recursos naturais.

O maneio comunitário surge assim como um instrumento que tem por objectivo a gestão sustentável dos recursos naturais. Parte do pressuposto de que as comunidades locais, sendo as entidades como maior interesse na sua exploração, podem ter um

importante contributo na sua protecção devido ao facto de serem as que mais dependem destes recursos para a sua sobrevivência (MANSUR, CUCO, 1999:1).

Trata-se de uma iniciativa que vai se basear em observações de processos similares em outras regiões que já haviam implementado o manejo comunitário nomeadamente o Zimbabwe e a Zâmbia, ambas à volta da conservação da fauna e exploração turística. Estas duas experiências mostraram nestes países algumas vantagens e potenciais do manejo comunitário dos recursos naturais, dentre as quais importa salientar a canalização dos rendimentos florestais para as comunidades rurais sustentarem o seu auto-desenvolvimento, criação de um sentimento de responsabilidade pelos recursos naturais no seio das comunidades rurais no sentido de acabar com a tragédia dos bens comuns, redução dos encargos financeiros e pessoais relacionados com a manutenção de instituições de manejo e vigilância florestal e faunística (BROUWER, 1999: 216).

Deste modo, devido a estas vantagens, o manejo comunitário é aceite por organizações governamentais e não governamentais como modelo para o desenvolvimento florestal. No entanto, a implantação desta iniciativa em Moçambique não está isenta de tensões. Só a título de exemplo importa destacar os problemas associados ao conceito de "comunidade", cujas definições diferem e de certa maneira concorrem entre si. O outro problema frequente tem a ver com os conflitos entre objectivos (projectos/beneficiários), pois muitas das vezes os beneficiários mostram-se não interessados no manejo sustentado. As razões deste posicionamento podem ser que ou se sentem ameaçados com a conservação ou porque vêem poucos benefícios a curto prazo nestes projectos (Ibidem P.217).

Nesta perspectiva, trataremos este tema partindo do pressuposto de que os projectos de gestão de recursos naturais põem em interacção lógicas diferenciadas: uma lógica externa que se enquadra dentro de um paradigma de desenvolvimento que enfatiza a necessidade do uso sustentável dos recursos e uma lógica interna centrada em práticas e formas de conhecimentos locais guiada pelas necessidades imediatas. Embora não sendo necessariamente antagónicas, a posição dos agentes que defendem uma e outra, levam à criação de representações que conduzem na prática a situações de conflito.

Neste âmbito, com o presente estudo pretendemos analisar como a gestão dos recursos naturais nas condições propostas pelos respectivos implementadores é socialmente apropriada pelas comunidades locais.

Para o efeito escolhemos a vila de Goba, por um lado por estar a ser implementado um projecto – FAO GCP/MOZ/056/NET – com o título “Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia”. Por outro por critérios como a acessibilidade ao local foram também determinantes, isto porque esta vila se localiza a aproximadamente 50 km da cidade de Maputo o que facilitou as nossas deslocações diárias ao local. Esta situação associada ao estado razoável das vias de acesso e baixos custos dos transportes, foram também fundamentais.

O tema que nos propomos tratar tem despertado interesse a nível da comunidade académica, o que é visível através de alguns trabalhos já realizados que apresentam diversas perspectivas e formulam várias interrogações sobre as dinâmicas do desenvolvimento no país.

Como se pode constatar, trabalhos mais recentes (Forquilha, 2001 e Jossias, 2002), embora centrando as suas análises em temas diferenciados, revelam a mesma preocupação, ao procurar compreender a interacção que se estabelece entre lógicas (desenvolvedores e desenvolvidos) no âmbito do debate sobre o desenvolvimento do País.

Forquilha (2001), no seu trabalho com o tema “Participação dos Chefes tradicionais no Processo de Desenvolvimento Rural no Distrito de Cheringoma (1994 -1999)”, procura perceber de que maneira e em que modalidades estes interagem com os processos locais de desenvolvimento.

Por sua vez Jossias (2002), no seu trabalho com o tema “Desenvolvedores e desenvolvidos. Racionalidades em Questão em Contextos de Práticas de Micro-finanças. O Caso dos Beneficiários da World Relief no Distrito de Xai-Xai”, na mesma esteira de Forquilha, procura perceber a interacção de lógicas no âmbito do debate sobre o desenvolvimento. Apresenta o micro-crédito como a materialização da lógica assente na reprodução alargada de capital, a qual é articulada com a lógica

local assente na reprodução social onde o elemento económico se confunde com outras práticas, nomeadamente, com a reciprocidade, a cooperação e a vizinhança.

Estes dois trabalhos, sob o ponto de vista metodológico, apresentam como principais técnicas de recolha de informação a observação participante e entrevistas semi-estruturadas. Socorrem-se também da “Análise Situacional” de Gluckman para descrever alguns eventos como, por exemplo, o contexto de interacção entre desenvolvedores e desenvolvidos.

Quanto a nós, partindo dos mesmos questionamentos em relação à aplicação dos modelos hegemónicos de desenvolvimento promovidos pelas agências internacionais de desenvolvimento, procuramos também analisar interacção que se estabelece entre estas e as comunidades locais, mais especificamente em projectos de gestão de recursos naturais.

Assim o presente trabalho, tem a modesta intenção de ser um contributo para os projectos de desenvolvimento, principalmente para os direccionados à gestão dos recursos naturais, de modo a que no futuro, se leve mais em consideração as especificidades locais e que sejam desenhados a partir dos problemas identificados pelos beneficiários e não de ideias pré concebidas em outros contextos sociais, que muitas das vezes não se adequam às realidades onde são implementados.

Estruturamos o trabalho em dez partes. Começamos por interrogar os pressupostos implícitos nas concepções hegemónicas de desenvolvimento. Parece-nos ser esta uma base necessária para percebermos o paradigma no qual surge a ideia de “desenvolvimento comunitário” em Moçambique tão evocada pelos projectos de desenvolvimento e em especial pelos direccionados à gestão dos recursos naturais.

Lançamos algumas críticas a estas concepções de desenvolvimento, que se enquadram na ideia de Lyotard citado por Giddens (1990), quando afirma que acabaram-se as meta-narrativas, os saberes globais e prescritos, vivemos uma época em que estes saberes têm se mostrado ineficientes e pouco pragmáticos em relação aos diversos e complexos problemas que a sociedade actual enfrenta. Daí que se deve promover o saber local que as pequenas comunidades epistémicas possuem.

Deste modo, entendemos que a valorização do conhecimento local pode ser um importante instrumento metodológico que sirva de contributo para o desenvolvimento dos beneficiários destes projectos, no sentido de que pode providenciar oportunidades para o desenho de projectos de desenvolvimento tomando em consideração os saberes locais.

Um outro aspecto não menos importante neste capítulo, é saber como o “desenvolvimento” tem sido tratado pela vertente antropológica. Entendemos ser importante analisar a visão dos antropólogos em relação ao “desenvolvimento”, isto é, saber como o desenvolvimento se constrói como objecto de estudo legítimo da antropologia.

No terceiro capítulo, fizemos uma breve revista ao conceito de “desenvolvimento comunitário” e as concepções sobre o conceito de “comunidade” na perspectiva dos mentores dos projectos e levantamos algumas críticas em relação as mesmas.

No quarto capítulo apresentaremos o local de estudo e as condições concretas do uso e conservação dos recursos naturais antes da implementação do projecto.

No quinto capítulo, apresentaremos o projecto FAO GCP/MOZ/056/NET, - com o título “Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia”,

No sexto capítulo analisamos as práticas no uso dos recursos após a implementação do projecto, retratando algumas situações conflituosas que surgem em torno do acesso e uso dos recursos naturais entre as diferentes partes interessadas na sua exploração. É de realçar que o estudo desses conflitos, permitiu o levantamento de uma série de aspectos que julgamos serem importantes para tratamento, em especial para a construção da problemática. Portanto, foi a partir da análise dos conflitos, que construímos a problemática no sétimo capítulo.

No oitavo capítulo, o da metodologia, apresentamos a proposta dos instrumentos que achamos adequados para a recolha e tratamento da informação no prosseguimento da pesquisa, privilegiando neste caso, a observação não participante e as entrevistas semi-abertas por terem-se mostrado eficazes na realização do pré-

inquérito para a elaboração deste projecto de pesquisa. Considerando tanto o próprio objecto de estudo, como a experiência durante a realização do pré-inquérito.

Apresentamos no final a bibliografia consultada para elaboração deste projecto de pesquisa e a consultar no seu prosseguimento.

II. DESENVOLVIMENTO: TEORIAS E ABORDAGENS

Algumas concepções sobre o "desenvolvimento"

Consideramos ser importante por um lado começar por questionar o próprio conceito de desenvolvimento e os pressupostos implícitos que dele decorrem. Por outro lado, é igualmente essencial a problematização do conceito de comunidade beneficiária e protagonista dos projectos locais de desenvolvimento.

* Segundo Matsinhe (2000), "desenvolvimento, é um tema que há muito vem despertando interesse dos múltiplos agentes sociais. Nas suas mais diversificadas vertentes (teóricas e pragmáticas), há séculos que se vem inventando e reinventando paradigmas de reflexão e actuação visando entender ou mesmo contribuir para a resolução dos dilemas com que a humanidade se defronta como é o caso da pobreza e da miséria".

* Ao longo do século XX, de acordo com as conjunturas económicas, sociais e políticas e as forças dominantes na economia e política mundial, várias teorias sobre o desenvolvimento se foram sucessivamente impondo. Entre as teorias dominantes e mais defendidas sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento, encontra-se aquela segundo a qual o subdesenvolvimento é um simples fenómeno de atraso económico na evolução histórica de uma sociedade. As figuras mais representativas desta visão de desenvolvimento foram W.W Rostow e J. R. Hicks (CASAL,1996:34).

* Segundo Rostow citado por Furtado (1971), o desenvolvimento se concretiza-se pela superação de uma série de fases de crescimento. A primeira é a *tradição* que é considerada como um entrave para o conhecimento moderno, científico e consequentemente para o desenvolvimento. A superação da tradição (período da decolagem) seria possibilitada por um impulso brusco exógeno ao sistema económico que poderia ter origem no plano político (revolução) que modificaria o equilíbrio do sistema do poder e permitiria a substituição de certos grupos tradicionais por outros mais progressistas. Poderia também ter origem no plano técnico, nas relações internacionais, etc.

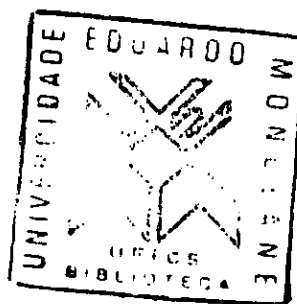
A segunda fase, que na óptica de Rostow todas as economias teriam que passar obrigatoriamente, é a *transição* e esta é desencadeada por uma pressão exógena proveniente de economias mais desenvolvidas.

As modificações qualitativas na estrutura económica e nas formas de comportamento das economias subdesenvolvidas correspondem, para Rostow, a terceira fase e estas modificações exigem a elevação da taxa de investimento produtivo de 5% para 10% da renda nacional, criação de vários sectores de industria de transformação com taxa de expansão elevada, existência de um aparelho político e social com base no qual se possam explorar as tendências de expansão no sector moderno e as possibilidades de especializar as economias na compra de produtos estrangeiros, transformando o crescimento em um fenómeno durável.

A quarta etapa seria a continuação da decolagem, isto é, marcha para a maturidade ou seja período durante o qual as economias aplicariam as técnicas modernas e a ultima fase seria a de consumo de massas.

✦ Como se pode deprender, o desenvolvimento desde a sua versão arcaica, é nos apresentado como uma teoria de mudança social faseada e irreversível que tem por objectivo contribuir para a resolução dos problemas da humanidade e com uma raiz claramente ocidental, evolucionista e etnocêntrica.

✦ É de realçar que estas concepções sobre o desenvolvimento, não ficaram isentas de críticas. Se para Rostow, o desenvolvimento significa ruptura com a tradição, H.G.Greel¹ citado por Wiarda (1981) afirma que o Japão atingiu taxas de crescimento fenomenais pedindo emprestado, copiando ou sintetizando a tecnologia e os modelos organizacionais do ocidente sem que com isso tivesse que abdicar das estruturas e maneiras de fazer históricas preferidas pelos japoneses. A partir do caso japonês pode se afirmar que não existe um único caminho para se alcançar o desenvolvimento mas muitos caminhos distintos.



Entretanto, é importante notar que as abordagens que são dadas ao desenvolvimento por esta vertente economicista comandada por Rostow, dava demasiada importância à factores económicos deixando de lado todo um conjunto de relações de natureza estrutural e de outros fenómenos que contribuem para o desenvolvimento.

¶ Quanto a este aspecto é de salientar que o desenvolvimento não pode ser visto apenas sob o ponto de vista económico. Ele é uma realidade social bastante complexa que envolve outras dimensões como a Política, Social, Cultural, Histórica, etc. Portanto o desenvolvimento é um fenómeno social total. Por exemplo Casal (1996), mostra que o desenvolvimento deixou de ser um fenómeno exclusivamente económico, pois, intervêm neste processo vários actores, instituições e constrangimentos reflectindo interesses, compromissos e ideologias diferentes.

¶ No entanto, o desenvolvimento torna-se um termo recorrencial na medida que a partir destas concepções arcaicas, as teorias propostas para o desenvolvimento vão derivar dos mecanismos neoclássicos de crescimento económico (CASAL, 1996:35). Estas afirmações podem ser sustentadas se tomarmos em consideração as concepções de desenvolvimento dos anos 50 e 60.

Após a segunda Guerra mundial começou-se a desenhar o fenómeno de subdesenvolvimento abrangendo um grande número de países do terceiro mundo. Reconstruída a Europa e consumado o poderio económico dos Estados Unidos da América, a meta era a integração económica mundial onde a palavra de ordem era terceiro mundo.

¶ São desenhadas neste contexto diversas concepções de desenvolvimento com ênfase para o crescimento económico: O crescimento económico era visto como aquele que daria origem a níveis elevados de desenvolvimento social e cultural e factor de redução das desigualdades sociais, o crescimento económico seria possibilitado pelo aumento da taxa de capital físico e pelo alargamento do mercado. O aumento da taxa de participação do investimento no PIB era visto como condição

¹ H.G.Greel, Chinese Thought: From Confucius to Mao Tse-Tung, Chicago Press, 1963; Stuart H.

essencial de arranque para um crescimento económico sustentado e a indústria era o sector chave deste processo de crescimento (FERREIRA de ALMEIDA et.al. 1994:4).

Estas concepções de desenvolvimento encontram os seus alicerces em algumas contribuições teóricas de que se destacam em meados da década de 50 os trabalhos Lewis (1954) e Kuznets (1955). Estes autores viam no processo de crescimento económico como aquele que acabaria arrastando o crescimento de outros sectores da economia e várias regiões e grupos sociais (ibidem, p.5).

No entanto, muitos dos pressupostos teóricos destas concepções vieram a ser desmentidos pela realidade. Com efeito embora tivesse se registado um crescimento notável à nível mundial, o fosso existente entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos não reduziu como era esperado. A insistência no aumento de stock de capital sem que se proporcionassem as tecnologias e a formação profissional adequadas, levou a uma clara insuficiência de investimento e por consequência a um menor crescimento (ibidem p.6).

A evolução do comércio internacional originou em muitos casos o estabelecimento de situações de dependência, onde as economias menos desenvolvidas se especializavam na exportação de matérias-primas ou de produtos de baixa transformação com perdas significativas nas razões de troca. A melhoria em cuidados de saúde não foi acompanhada por uma queda da taxa de natalidade na maioria dos países menos desenvolvidos, o que ocasionou um crescimento mais rápido da população com todas as consequências que daí pudessem decorrer (ibidem,p.8).

* A nossa crítica a estas concepções de desenvolvimento enquadra-se naquelas dirigidas por alguns intelectuais do "terceiro mundo" citados por Wiarda (1981), que advogam não existir um ou dois caminhos para se atingir o desenvolvimento mas muitos caminhos distintos. Compartilhamos também as críticas levantadas por Celso Furtado (1984: 41), segundo as quais, é necessário que o processo de reconstrução

Schram, the political Thought of Mao Tse-Tung, New York, Praeger, 1976.

do terceiro mundo tenha uma maior participação do povo no sistema de decisões de modo que o seu futuro possa alimentar-se da criatividade dos respectivos povos para satisfação dos seus anseios mais legítimos ou seja o terceiro mundo deve pensar no desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins que deseja alcançar e não das lógicas dos meios que lhes são impostos do exterior .

É necessário que as opções de desenvolvimento tenham em conta a reflexão prévia sobre a diversidade cultural no mundo, pois, a sua ausência leva a contentarmo-nos com montagens conceptuais de desenvolvimento sem raízes nenhuma na nossa história (Furtado, 1971: 31).

É de referir que a insatisfação com os caminhos já percorridos e as ameaças de carência a nível mundial cada vez mais contínuas, levou ao surgimento nos anos 80 de novas alternativas sobre os processos de desenvolvimento (FRREIRA de ALMEIDA et. al. 1994:9).

Surge assim, o conceito de “desenvolvimento sustentável²”. Este termo segundo Chonguiça (1987:4), foi utilizado pela primeira vez em 1980 por um organismo de pesquisa, a Aliança Mundial para a Natureza (UICN) no quadro das percepções internacionais sobre a problemática da utilização dos recursos naturais.

A formulação deste conceito implicava o reconhecimento de que as forças de mercado abandonadas a sua livre dinâmica, não garantiam a não destruição dos recursos naturais e do ambiente. Deste modo, o desenvolvimento sustentável pretende criar um modelo económico capaz de gerar riquezas e bem estar e ao mesmo tempo impedir a destruição da natureza.

O desenvolvimento sustentável vai integrar no seu interior, as noções de desenvolvimento económico, aspectos demográficos e ecológicos e enfatiza a necessidade de uma cooperação a nível mundial em moldes diferentes das concepções neoliberais características dos anos 50.

² Segundo Chonguiça (1987:15), desenvolvimento sustentável é um conceito que se fundamenta no princípio que preconiza a implementação de mecanismos de desenvolvimento económico e social que

Contrariamente aos anos 50 em que a preocupação era com o capital físico, as novas concepções de desenvolvimento dos anos 80 vão pôr acento tónico no investimento em capital humano. Aspectos como a educação, formação profissional passam a estar no centro das atenções dos processos de desenvolvimento (FERREIRA de ALMEIDA, et. al., 1994:4).

Foi dentro deste contexto que em 1990, surge o termo “desenvolvimento humano” enquanto processo que permite o alargamento do leque de escolhas oferecidas aos indivíduos: possibilidade de melhorar o seu acesso à educação, aos serviços de saúde, aumentar os seus rendimentos e o acesso ao emprego (ibidem,p.15).

Portanto, foi no âmbito deste paradigma de desenvolvimento (desenvolvimento sustentável) que começam a surgir em muitos países do “terceiro mundo” e em especial em Moçambique, diversas iniciativas de desenvolvimento comunitário.

Após esta breve revista às concepções hegemónicas de desenvolvimento, entendemos ser importante colocar a seguinte questão: Qual é a pertinência antropológica nesta área, ou melhor, será que o desenvolvimento pode ser objecto de estudo legítimo da Antropologia?

Antropologia e Desenvolvimento

É a partir dos anos 60 que o desenvolvimento se constitui como objecto legítimo da Antropologia, sobretudo quando as problemáticas a ele subjacentes se alargam para incluir novas dimensões do social, do cultural e do político.

Como defende Casal (1996), a problemática do desenvolvimento já incorpora à Antropologia, mesmo antes dos anos 60. Estas afirmações tornam-se válidas se tomarmos em consideração que a problemática do desenvolvimento na sua versão arcaica ligada à evolução, progresso e mudança social, constituem um dos temas objecto largamente tratados pela antropologia.

satisfaçam as necessidades básicas das gerações presentes sem no entanto comprometer a

✕ Para Lucy Mair (1987:5), o desenvolvimento no seu significado mais lato refere-se a um processo mas no seu contexto contemporâneo esse processo refere-se a um movimento em direcção a condição que algumas nações do mundo são supostas de ter atingido. As nações que ainda não conseguiram alcançar o desenvolvimento são usualmente chamadas de subdesenvolvidas e as que atingiram o desenvolvimento são chamadas subdesenvolvidas. Actualmente os países subdesenvolvidos são chamados de países menos desenvolvidos (LCD) e os países desenvolvidos, são chamados de ricos. Estes países ricos estão na sua maioria no hemisfério norte, mas sem se tomar em conta as localizações geográficas, são chamados de “ocidente” (the west).

Assim, para Lucy Mair (1987), o desenvolvimento é pois um campo que envolve relações entre nações ricas e pobres

✕ Para Sardan (1990:189-190), há desenvolvimento desde que existam desenvolvedores (ocidentais ou nacionais, institucionais ou ONG), desde que intervenções voluntaristas de origem externa a um determinado meio visem transforma-lo, geralmente através da introdução de novas tecnologias ou de certos comportamentos económicos e não económicos.

✕ Na óptica deste autor, a análise do “desenvolvimento” pressupõe o distanciamento da visão normativa do que pode ser um “verdadeiro desenvolvimento”. Uma visão deste tipo, não permite captar com clareza as práticas reais dos processos do desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento é um fenómeno bastante complexo em que só a investigação nos permitirá saber as “práticas efectivas do conjunto dos actores que ele envolve.

A concepção de desenvolvimento que pretendemos adoptar neste projecto de pesquisa, enquadra-se nesta reflexão de Olivier de Sardan, pelo facto deste autor ver o desenvolvimento antes de tudo como um objecto de estudo cujo significado deve ser captado pelas práticas, representações e estratégias dos vários actores envolvidos,

possibilidade de satisfação das gerações vindouras.

independentemente das avaliações que se possam fazer a seu respeito em termos de ideal ou catástrofe.

† Casal (1996:151) na mesma linha de Sardan, vê o desenvolvimento como resultado da interacção entre dois sub-grupos sociais (desenvolvedores e desenvolvidos) com lógicas sociais distintas e com frequência incompatíveis. Este autor, afirma ainda que numa situação concreta de desenvolvimento, a constante interacção que se estabelece entre estes dois sub-grupos sociais pode revestir-se de formas de comportamento muito variadas que podem ir desde antagonismos abertos à adopções mais ou menos sincronizadas por parte dos dois protagonistas.

Deste modo pensamos que a Antropologia tem dado grandes contributos dentro desta problemática de desenvolvimento e esta afirmação pode ser sustentada em torno da reflexão de Lucy Mair (1987): *"todos projectos de desenvolvimento, clamam por um conhecimento técnico vindo de diferentes origens: os cientistas de terreno conhecem melhor os solos para diferentes colheitas, os agrónomos conhecem o melhor caminho para cultivar, os especialistas em água são os que sabem calcular quantas polegadas de água um sistema de irrigação deve prover para garantir que as colheitas sejam bem sucedidas, os engenheiros sabem qual a quantidade de água é que uma barragem deve suportar para o fornecimento suficiente de luz e sabem também quão largo e profundo o canal deve ser, os economistas conhecem as técnicas mais sofisticadas para calcular a probabilidade de resultados de um investimento de recursos em diferentes sectores da economia de um país ou em projectos específicas. E os antropólogos, o que sabem fazer a este nível?"*

Para Lucy Mair (1987:7), os antropólogos não sabem este tipo de coisas, eles não têm nada a dizer a este nível. Mas os seus conhecimentos podem ser úteis para o estudo de sociedades complexas nas quais estes projectos de desenvolvimento são implementados, pois, os antropólogos são actores-orientados vêem as operações das políticas de desenvolvimento, não de cima, por meio dos olhos dos fazedores de políticas, mas de baixo, através daqueles que são os beneficiários.

Quanto a esta questão Sardan (1990), enfatiza que à Antropologia deve estudar o desenvolvimento antes de tudo como um fenómeno social ao mesmo nível que a religião e o parentesco.

A Antropologia permite-nos compreender a complexidade de lógicas diferenciadas presentes em projectos de desenvolvimento, por exemplo, compreender o funcionamento real de um organismo de desenvolvimento, estudar a corrupção no aparelho do Estado ou determinar os modelos de comportamento económico de uma população rural a partir da observação e não de categorias pré-fabricadas (SARDAN,1990:191).

É nesta perspectiva que Antropologia pode e deve intervir, afirmando a complexidade do social em situações de divergências de lógicas e estratégias que os diferentes actores desenvolvem nos processos de desenvolvimento identificando actores, recursos, cumplicidades, conflitos, interesses, estratégias e dispositivos (CASAL,1996:218).

Portanto, como se pode constatar a Antropologia pode desempenhar um importante papel na análise dos processos de desenvolvimento. Mas por agora importa-nos passar em revista algumas abordagens sobre o “desenvolvimento comunitário” pelo facto deste ser um dos objectivos dos projectos de desenvolvimento e em especial dos direccionados a gestão dos recursos naturais.

III. BUSCANDO ALTERNATIVAS: O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Mais recentemente, sobretudo a partir dos finais dos anos 80, e em resultado de falências dos modelos hegemónicos de desenvolvimento, vem se afirmando o conceito de “desenvolvimento comunitário”.

Para Augusto Neto e Sebastião Garcia (1987), desenvolvimento comunitário pressupõe um conjunto planeado de acções contemplando várias dimensões das necessidades vitais de uma população.

Ivonne de Barros³ citada por Augusto Neto e Sebastião Garcia (1987), afirma que a ONU define desenvolvimento comunitário, como um conjunto de processos através dos quais os esforços do povo se unem aos do governo, visando elevar as condições de vida das comunidades nos seus vários aspectos de actividade. Esta definição foi aceite internacionalmente, pois, o apoio deste organismo a programas e experiências de desenvolvimento comunitário contribuíram para essa aceitação.

O desenvolvimento comunitário abarca domínios como "educação, segurança, saúde, emprego, ocupação inteligente do solo, utilização de tecnologias, produção, comportamento social dos cidadãos na preservação do meio ambiente, ajuda aos mais necessitados, alimentação, relacionamento interpessoal, promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana, construção de estruturas económicas, políticas sociais compatíveis com o estágio das nações civilizadas e com a dignidade da pessoa humana ou seja a obra comunitária não se reduz a acções como a construção de uma Creche ou de uma Escola mas, é antes o uso inteligente, integrado e planeado do potencial humano e dos recursos naturais existentes no próprio meio, com vista a melhoria das condições de vida de uma população que dá a marca de desenvolvimento comunitário (ibidem,p.18).

Estas reflexões de desenvolvimento encontram apoios em agências da ONU e de certos países mais liberais nas suas formas de ajuda externa, como a Suécia e a Holanda que têm assumido um papel determinante no funcionamento das economias do terceiro mundo (MURTEIRA,1990:219).

Quanto a nós, no entanto, a principal crítica em relação a este modelo de desenvolvimento, radica-se no facto de que este assenta sobre pressupostos idealizados em relação ao conceito de "comunidade".

Assim, pretendemos aqui fazer uma análise ao conceito de "comunidade" passando em revista as concepções dos respectivos planificadores em relação ao mesmo conceito.

³ Ivonett de Barros em "projectos Mariapolis - Uma análise sociológica, p.10

A abordagem do conceito de “comunidade” empreendida pelos planificadores dos projectos de desenvolvimento, com principal ênfase para os direccionados à gestão dos recursos naturais tem-se mostrado bastante vaga pelo facto de ser usada em situações das mais diversificadas sem no entanto se explicarem claramente os critérios e características que tornam o grupo alvo destes projectos uma “comunidade”.

Podemos sustentar estas afirmações tomando como exemplo aqueles projectos designados de “Reactivos”. Projectos reactivos são aqueles concebidos normalmente para colmatar o nível de degradação dos recursos num determinado meio, introduzindo novas formas de exploração dos mesmos, no sentido de garantir a sua manutenção e conservação. Estes projectos são direccionados para aquelas áreas onde se regista um aumento rápido da população devido a aspectos como instabilidade política, procura de alternativas de sobrevivência, intempéries da natureza, etc. Normalmente, não seleccionam a “comunidade” mas sim à area de intervenção, pois, as pessoas são enquadradas por arrasto (MUCHANGA, 1998:103). Como se pode depreender, para estes projectos, a “comunidade” corresponde a um grupo de pessoas que vive no interior de uma determinada área geográfica.

Está bem claro que a “comunidade” para estes projectos reactivos tem que existir de qualquer forma, tal como afirma Menezes (1986), uma vez que a formula mágica que facilita o acesso a projectos que têm como principal aspecto a manutenção de recursos implica a participação da “comunidade”. Só a título de exemplo, esta autora cita um elemento do Governo (coordenador da Extensão Rural no Distrito de Matutuine), que participava no projecto Licuati que em referência às populações da zona “ *se eles não têm uma comunidade, nós criamos uma e damos ordem para que participem no projecto...*”.

Os planificadores, ao desenharem projectos de gestão de recursos naturais dando maior primazia ao espaço em detrimento de outros factores intrínsecos ao mesmo espaço e expandi-los a vários contextos sociais, adoptam uma visão homogeneizante dos beneficiários dos mesmos. Goba , Mahel e Matutuine entre outros áreas enquadram-se dentro destes projectos reactivos.

Esta visão homogeneizante em relação aos beneficiários destes projectos é, sem margens para dúvidas, o reflexo de uma herança teórica que remonta há já várias décadas, Redfield (1953), um dos pioneiros nos estudos de comunidades rurais inseridas em meio arcaicos, definiu estas a partir de características como bem delimitadas espacialmente, homogéneas, pequenas e auto-suficientes (O'Neil, 1988:1339).

A ideia subjacente à Redfield, embora de forma implícita, é de que estas “comunidades” têm um referencial físico e geográfico específico e que os saberes e formas de conhecimento das pessoas neles inseridos são guiados por formas de conhecimento circunscritos no local, sem uma aplicação muito vasta e opostos ao conhecimento moderno, remetendo-nos em suma para a presença de sistemas epistemológicos homogéneos nestes espaços.

Redfield, ao afirmar ainda que as “comunidades” que estudava são auto-suficientes, parte do pressuposto de que elas não praticam qualquer tipo de intercâmbio quer material quer cultural, sendo por isso fixas e estáticas.

Esta concepção de Redfield em relação às “comunidades” que estudava, estava bastante imbuída de pressupostos ideológicos da sua época, o *evolucionismo*. Como Da Matta (1987:90) lembra, Sir James Frazer e todo o movimento que ele representou nos anos 50 actualizava na pesquisa antropológica uma serie de opções próprias, o seu modo de investigação era caracterizado por separar os dados culturais, classificando-os em categorias diferentes.

Frazer e outros evolucionistas de sua época de entre os quais Redfield colecionavam factos etnográficos dos sítios por onde passavam, as “sociedades primitivas” e no processo de classificação dos seus costumes, separavam esses factos do contexto onde surgiam, isto é; comparavam estes costumes por meio de seus próprios costume. Os costumes tinham uma substância, uma individualidade e um fim e esse fim era a encarnação da sociedade branca ocidental, europeia onde viviam os pesquisadores (DA MATTA, 1987:39).

A partir de Redfield, estas comunidades passaram a ser erroneamente rotuladas por outros investigadores a partir de uma extensa lista de epítetos pejorativos que no nosso entender só trouxeram mais dúvidas do que contribuições, pois, passaram a ser vistas como pequenas, fechadas, simples, iletradas, primitivas, analfabetas etc. (O'Neil,1988:1331).

Estas concepções em relação a estas comunidades, apesar de bastante criticadas (por exemplo pelas escolas criadoras dos estudos das redes sociais incorporando estudos de John Barnes, Elizabeth Bott, Anton Blok e Jeremy Boisseven e pela que se debruçava sobre os sistemas mundiais associada à obra de Immanuel Wallerstein), ainda vigoram nos nossos dias, embora sob novos moldes, pois continuam alguns analistas perpetuando as visões homogeneizantes do conceito de comunidade (O'Neil, 1988:1339). Um exemplo claro de tal facto, como já havíamos afirmado, podemos encontrá-lo junto aos planificadores dos projectos de gestão de recursos naturais especificamente aos direccionados à protecção dos recursos florestais e faunísticos.

Ao desenharem projectos de gestão de recursos que se pretendem de validade universal, dando primazia ao espaço em detrimento do seu conteúdo, os planificadores destes projectos retomam Redfield quando afirma que as comunidades rurais são espacialmente delimitadas. A ideia subjacente a estes planificadores é a de que os projectos se destinam a grupos sociais que sofrem dos mesmos problemas, isto é, “ausência de uma ética ambiental apropriada, planos de sustentabilidade a longo prazo e capacidade de gestão” (Menezes, 2000:2), remetendo-nos para a presença de um sistema epistemológico homogéneo nestes espaços.

Ao tomarem esta postura, estes planificadores dão demasiada importância aos fenómenos físicos, limitando-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço, olhando muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas (Bourdieu, 1994:108-109).

Bourdieu sugere-nos que à análise de “comunidade” não deve cingir-se somente à análise do espaço pois dentro deste mesmo espaço há muitos elementos ocultos importantes para a sua compreensão. Para além das fronteiras administrativas estes

espaços contêm no seu interior pessoas, famílias com as mais diversificadas tradições que exercem várias actividades que praticam o intercâmbio material e cultural com os contextos envolventes.

Sardan (1990:192), na mesma linha de Bourdieu, também nos remete para a análise do desenvolvimento como um processo que ocorre num meio em que há diferentes estratégias, racionalidades, estatutos profissionais e normas de acção. Portanto, no nosso entender, estes são alguns elementos de fundamental importância para a apreensão da "comunidade".

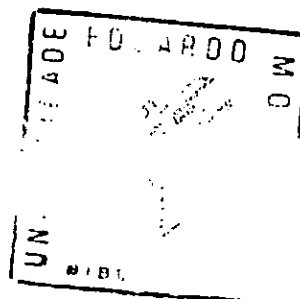
Estes breves questionamentos são mais do que suficientes para pormos de lado as visões homogeneizantes do conceito de "comunidade" entrando em ruptura com as visões de Redfield e seus discípulos.

A "comunidade" não deve ser estudada ou analisada por ela, isto é, dando-se maior importância ao espaço mas sim tem que ser vista a partir daquilo que nos oferece a realidade social e deve ser procurada a um nível mais invisível e empiricamente intangível (O'Neil, 1988:1331).

Para Pina Cabral (1986), a "comunidade" deve ser vista acima de tudo como tendo seu fundamento nas relações sociais, isto porque é através delas que os indivíduos agenciam esforços, estratégias e recursos num conjunto de interesses comunalmente definidos.

Weber e Tonies citados por Galiano (1986) na mesma linha defendida por Pina Cabral, vêem também a "comunidade" a nível das relações sociais através das quais as pessoas se reúnem por uma causa comum que transcende os seus interesses particulares.

Segundo Weber, o conteúdo específico destas relações, podem assumir diversos caracteres, Pode ser por exemplo de carácter religioso (comunidade religiosa), doméstico (família), erótico (casal), étnico (nação), etc.



Os planificadores, ao desenharem projectos para populações que a priori são tidas como homogéneas, ignoram em primeiro lugar as hierarquias e as complexas relações sociais em curso nesse espaço idealizado. Os projectos são desenhados no pressuposto de que se destinam a um grupo de pessoas que vivem pacificamente e em bom entendimento, organizadas em torno de uma liderança local consensual e não contestada.

Ora, como têm demonstrado diversos estudos, várias desigualdades sociais percorrem as sociedades rurais num jogo de forças que define as fronteiras respectivas do poder dos mais velhos sobre os mais novos, dos homens em relação as mulheres, dos naturais em relação aos “estrangeiros”.

Ao tomar em consideração este aspecto, torna-se ainda mais complexo o cenário em que decorre a implementação dos projectos, uma vez que se rompe a dicotomia rígida entre os responsáveis dos projectos e as populações beneficiárias.

A visão homogeneizante das comunidades reduz a visão do “outro” como não complexo e indiferenciado. Assim se justificam as intervenções de desenvolvimento concebidas como um “pacote” que basta aplicar por igual a comunidades locais independentemente da realidade concreta, pondo-se de lado outras formas de saberes existentes no mundo. Mas acontece que “não existem conhecimentos mais puros que os outros, existem constelações de conhecimentos e todos conhecimentos são contextuais” (Menezes, 2002:3).

Esta visão homogeneizante destas comunidades aparece predominantemente praticada por aqueles que estão mais distantes dela ou que não tem contacto físico com elas (Menezes, 1986:27).

Para Bourdieu (1994), a “comunidade” existe como um espaço estigmatizado definido pela distância económica, isto é, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra. Ela não tem consciência de sua existência em tanto que “comunidade” como é definida a partir de fora.

Madureira pinto⁴ citado por por O'Neil (1988), com o seu conceito de "autonomia relativa do espaço social rural", na mesma linha defendida por Bordieu, remete-nos também para a análise da comunidade rural como um espaço social dominado pelo polo urbano e adianta que as diferenças empiricamente constatáveis entre o espaço rural e o urbano mostram serem ambos o efeito de um e único processo histórico. As relações que se estabelecem entre ambos não se reduzem a um jogo de influências culturais ou de complementaridades funcionais, antes se inscrevem num complexo sistema de dominação económica que atribui a escala rural um lugar necessariamente dominado e dependente.

Estes são os questionamentos teóricos fundamentais que consideramos importantes para os objectivos do nosso trabalho. Para o efeito, descreveremos a seguir a vila de Goba, que é a uma das áreas de intervenção destes projectos.

IV. GOBA: UMA VILA CARVOEIRA E AGRÍCOLA

A vila de Goba possui uma superfície de aproximadamente 9474 hectares com uma população com cerca de 1795 habitantes. Localiza-se na cordilheira dos Libombos a este da província de Maputo, distrito de Namaacha, posto administrativo de Changanane (MAGANE et. al. 2000:2).

A zona é essencialmente agrícola com parcas infra-estruturas sócio-económicas. Mais de 80% dos seus habitantes dedica-se a produção do carvão principal actividade económica e de rendimento (FILIMÃO:1998:131).

Uma análise das ocupações principais destes habitantes indica a primazia de carvoeiros seguida da agricultura. Podemos também constatar no terreno a presença de um pequeno grupo de pedreiros, criadores de galinhas e de patos, professores, mecânicos, médicos tradicionais, pintores, artesãos, reparadores de geleiras, latoeiros, revendedores no mercado, reparadores de rádios e funcionários dos CFM (principal polo de absorção local de força de trabalho assalariada).

⁴ José Madureira Pinto (1985), "Estruturas e Práticas Simbólicas-ideológicas nos campos: Elementos

Estes habitantes encontram-se confinados em três bairros que compõem a vila de Goba nomeadamente 1, 2 e 3 vivendo na sua maioria em casas construídas com material precário (pedras, matope, paus e capim). As poucas casas construídas em material convencional pertencem a empresa CFM e a um pequeno grupo de residentes locais nomeadamente trabalhadores das minas na África do sul e algumas pessoas que se dedicam ao comércio e trabalho assalariado.

É de realçar que os habitantes que residem nestes bairros são pessoas provenientes de diversas províncias do país. Um inquérito efectuado por Estevão Filimão (1998:132) junto a 56 chefes de agregados familiares, constatou que sensivelmente a metade dos inquiridos não eram originários de Goba, pois, estavam presentes nesta vila pessoas provenientes de 10 províncias do país, sendo a de Inhambane a predominante.


Estes pessoas na sua maioria fixaram-se em Goba por motivos económicos. Gente que veio de fora por causa dos recursos florestais uns vieram com seus patrões, mas foram por eles abandonados e hoje fazem negócio por conta própria, outros a procura de emprego, outros ainda porque são militares desmobilizados que decidiram ficar por ali para se dedicarem a produção de carvão vegetal para comercialização, entre outras razões.

Para além das actividades do carvão e da lenha, os habitantes desta vila, dedicam-se também à agricultura de subsistência sendo as culturas de milho, mandioca e o feijão as mais importantes nesta área. As principais culturas comercializadas pelo sector familiar são o milho e as hortícolas. Este sector conhece uma variedade de métodos tradicionais para melhorar a fertilidade dos solos, designadamente a incorporação nos solos de folhas de arvores, retolhos de cereais e estrume e ainda a técnica de agricultura sob queimadas.

Existe nos grupos domésticos uma clara divisão sexual de trabalho. A mulher para além de ter um papel fundamental nos trabalhos agrícolas são lhe reservados os trabalhos domésticos enquanto que os homens apesar de prestarem o seu contributo

nos trabalhos agrícolas, dedicam-se com maior afinco às actividades consideradas mais pesadas e exteriores ao grupo doméstico nomeadamente criação do gado, pesca, fabrico do carvão e ao trabalho assalariado.

As crianças normalmente ajudam aos pais nos trabalhos domésticos. O fabrico do carvão e corte de lenha, por serem actividades que exigem esforço físico, são actividades masculinas por excelência. A escolha das árvores apropriadas, o abate, a repartição do tronco em pedaços mais pequenos e mais curtos, a preparação do local do forno é um trabalho que exige um grande dispêndio de energias. Mas a mulher pode aqui ajudar em trabalhos mais ligeiros.

 A rede comercial em Goba foi bastante afectada pela guerra civil que opôs a Frelimo e a Renamo e em consequência de tal facto as infra-estruturas ficaram destruídas. Esta situação obriga os habitantes desta vila a percorrerem distâncias em busca de produtos que não tenham localmente. Maputo, Boane e o vizinho Reino da Swazilândia são os locais onde estas populações obtêm esses produtos.

A floresta é um recurso de capital importância para os habitantes de Goba, pois, é a partir dela que obtêm a principal fonte de energia nomeadamente o carvão e a lenha, material para construção de casas, plantas medicinais para além do consumo de seus frutos que são uma componente importante para a dieta alimentar.

Existe dentro deste património natural algumas espécies de árvores que sempre foram protegidas como as fruteiras e as medicinais. Os naturais de Goba sabem que estas espécies não podem ser abatidas para se fazer carvão e lenha, excepto aquelas espécies um pouco abundantes como nkukulo, nkai, ndzenga que são permitidas para o exercício desta actividade⁵.

A fauna bravia sempre teve importância como suplemento alimentar para as famílias locais. A população faunística é composta de alguns animais de médio porte como antílopes, coelhos, galinhas do mato, cabrito das pedras, etc. Além do produto

⁵ Entrevista com o Régulo de Goba, 5 de Fevereiro de 2002, Goba

da caça, o peixe oriundo dos lagos locais é também incluído na dieta alimentar das famílias de Goba.

Durante o último conflito armado, a zona de Goba tornou-se bastante insegura e como consequência registou-se uma considerável movimentação de pessoas desta vila para os centros urbanos mais próximos e para os países vizinhos (Maputo, Boane, Reino da Swazilândia, África do sul) em busca de segurança. Com o fim do conflito armado em 1992, verificou-se um regresso massivo destes refugiados para a região de Goba.

A ACNUR registou em Dezembro de 1995 o repatriamento de 8.994 refugiados provenientes da África do sul e Reino da Swazilândia para o distrito da Namaacha. Um grande numero desta população eram antigos habitantes de Goba (Perfil de desenvolvimento do distrito de Namaacha, 1997).

As emigrações já faziam parte das vivências sociais dos habitantes desta vila, a primeira grande vertente consistiu na busca de melhores condições de vida e emprego nas minas da África do sul e nas plantações de cana-de-açúcar na Swazilândia. Estas migrações serviam de coesão dos grupos domésticos em termos de sustento.

O governo é representado pelo presidente da localidade o senhor Américo Manhiça. Existe ainda o secretário do grupo dinamizador do partido Frelimo o senhor António Cherindza. Segundo informações que podemos colher no terreno, existe um outro partido político (RENAMO) que embora tendo a sua Sede no Distrito da Namaacha, faz-se representar na vila de Goba.

Existe uma autoridade tradicional em Goba representada pelo Régulo o senhor Mazie, este tem pouca influência na zona notando-se a sua intervenção apenas na resolução dos conflitos domésticos entre habitantes da zona e em cerimónias religiosas.

Quanto a este aspecto é de realçar que contrariamente ao período que antecedeu a independência nacional em 1975, em que o Régulo detinha poder sob as terras,

floresta, fauna entre outros recursos que estivessem sob a sua jurisdição, em Goba o controlo destes recursos actualmente são de inteira responsabilidade do projecto e do presidente do Conselho Executivo, pois, são eles que determinam o seu acesso e uso.

A Floresta de Goba: Local de Culto e Fonte de Sobrevivência

Os recursos presentes na floresta preenchem uma miríade de papeis nos sistemas de representação da sociedade. A floresta de Goba, para além ser utilizada como fonte de energia, local de obtenção de material de construção, produtos medicinais e frutos alimentares, é o local onde ocorrem actividades rituais.

Existem no interior da floresta locais sagrados – *Mintimu* - onde repousam os membros da linhagem real (família Mazie). Estes locais são espaços reservados unicamente à realização de cultos religiosos. Os cultos têm diversas finalidades nomeadamente pedir aos antepassados que haja chuva na época das sementeiras – *mhamba ya mpfula* – o que quer dizer cerimónias das chuvas. Trata-se de um ritual organizado para pedir chuva aos antepassados e acontece na sequência de acentuadas secas que afectam a produção agrícola e pecuária⁶.

A zanga dos espíritos dos antepassados ou a acção maléfica dos feiticeiros são vistos pelos habitantes de Goba como a grande causa das secas e, quando tal acontece, o conselho de anciãos, estrutura que coadjuva o Régulo na gestão do território, reúne-se para tratar o problema. A decisão geralmente tomada é a realização de uma cerimónia na qual são convidados os curandeiros – *tinyanga* – para explicarem a causa do mal e se identificarem os passos a seguir para que o ritual seja bem sucedido⁷.

Neste local pede-se também aos antepassados para que haja uma boa produção agrícola, para que a floresta tal e qual eles a deixaram, continue cheia de recursos para que os mais novos possam um dia poder encontra-la no mesmo estado de conservação, é onde decorrem cerimónias tais como *mhamba ya xikanhye* ou seja

⁶ Entrevista com o Régulo de Goba, 5 de Fevereiro, 2002, changana

⁷ Entrevista com o Régulo de Goba, 5 de Fevereiro, 2002, Changana

cerimónia do canhú . O canhoeiro é uma espécie muito protegida nesta vila, pelo facto de oferecer um fruto que alimenta aos antepassados, *tinguluve*. O aparecimento de seus frutos anuncia o início do mês – *sunguti*- Janeiro, aspectos que são também remetidos a obra dos antepassados⁸.

Neste local é proibido qualquer tipo de exploração florestal pelo facto de ser um espaço onde repousam os antepassados. Práticas como namoro, apanhar lenha e queimar às árvores são proibidas nesta área. É proibida a venda de frutos que aqui surgem. A violação destas normas conforme se argumenta é sancionada pelos espíritos, pois, a pessoa pode adoecer ou mesmo morrer. Estes seres invisíveis desempenham um grande papel na vida dos habitantes de Goba actuando como protectores do grupo, guardiões das tradições e como juízes na observância das normas locais.

Como se pode constatar, não é possível dissociar as normas locais de conservação do uso e do maneiio dos recursos naturais das práticas e representações sócio-económicas e culturais que organizam a vida das populações. Deuses, antepassados e homens estão presentes na definição e no controlo das regras básicas que até ao momento foram importantes na preservação dos recursos florestais e faunísticos dos quais dependeu a sobrevivência dos ancestrais, seu presente e deles dependerá a vida das futuras gerações. É aqui que se explicam e se desenvolvem as concepções de conservação, uso e maneiio dos recursos disponíveis por estes habitantes.

Este equilíbrio é posto em perigo pela chegada massiva de “estrangeiros⁹” que não aceitam como legítimos os interditos existentes em termos de utilização desses recursos, mas também por pressão das necessidades imediatas de sobrevivência.

No entanto, do ponto de vista dos naturais de Goba, são sobretudo os “estrangeiros” os responsáveis pela degradação da floresta e da fauna local.

Há informações de que com o eclodir da guerra que opôs a Frelimo e a Renamo após a independência nacional em 1975 esta situação alterou-se, pois os recursos

⁸ Entrevista com o Régulo de Goba, 5 de Fevereiro de 2002, Changana.

florestais e faunísticos começaram a sofrer uma grande pressão por parte de pessoas exteriores a vila de Goba que para sobreviver se dedicavam sobretudo à produção e venda de lenha e de carvão vegetal. Estes indivíduos são acusados de, na prática desta actividade não respeitarem as normas tradicionais de uso dos recursos, cortando indiscriminadamente qualquer tipo de árvore para o fabrico de carvão e lenha para a comercialização. Este desrespeito é entendido como tendo o seu fundamento na ganância, por parte destes indivíduos, de obter lucros.¹⁰

Esta situação tendeu a agravar-se porque Goba era um ponto reconhecido como potencial para o fabrico de combustível lenhoso. Como resultado desse facto, muitas outras pessoas externas a esta região dentre os quais os desmobilizados de guerra, mantiveram-se nesta zona para se dedicarem a estas actividades¹¹.

Esta situação contribuiu grandemente para a descaracterização da floresta de Goba, pois esta passou a ser explorada sem se obedecer a nenhuma regra de manejo e com maior intensidade. A população fanuística ficou igualmente descaracterizada devido à caça ilegal e às queimadas no interior da floresta. Como consequência, muitos mamíferos de médio porte que antes eram comuns nesta vila foram abatidos e outros fugiram para locais mais seguros¹².

A degradação destes recursos veio a acentuar-se ainda mais na década de 90, mais concretamente depois dos acordos de paz em 1992, isto porque com o fim do conflito armado muitos refugiados regressaram a Goba e chegados a este local depararam-se com problemas de desemprego e como solução vão aderir também as actividades de produção de carvão e da lenha aumentando ainda mais a pressão sobre os recursos.

Para fazer face a pressão sobre os recursos florestais e faunísticos é implantado em Goba o projecto FAO GCP/MOZ/056/NET.

⁹ Termo usado para caracterizar pessoas externas à vila de Goba.

¹⁰ Entrevista com o Régulo de Goba, 5 de Fevereiro de 2002, conduzida em Changana

¹¹ Entrevista com o Régulo de Goba, 5 de Fevereiro de 2002, conduzida em Changana

V. O PROJECTO FAO GCP/MOZ/056/NET – “APOIO AO MANEIO COMUNITÁRIO DE FLORESTAS E FAUNA BRAVIA”, CONCEPÇÃO E EXECUÇÃO.

O projecto FAO GCP/MOZ/056/NET com o título “Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia”, foi implementado no país em Junho de 1997 com o término previsto para Maio de 2002. Este projecto tem por missão apoiar a DNFFB no maneio de Florestas e Fauna Bravia .

Trata-se de um projecto desenhado pela FAO e que contou com a ajuda financeira do Governo Holandês. É de realçar que a FAO há mais de duas décadas tem estado a promover o envolvimento das comunidades locais na gestão sustentável dos recursos naturais e em especial os florestais em diversas partes do mundo.

Objectivos do projecto

O projecto FAO GCP/MOZ/056/NET com o título “Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia” já referido tem por objectivo tornar crescente o número de comunidades locais a exercitarem responsabilidades para o controle, o uso racional, a conservação e a partilha de benefícios relacionados com o maneio dos recursos naturais nas suas áreas de influência de acordo com as políticas actuais dos sectores acima mencionada (Matakala, 2001:132).

Esta iniciativa cobre cinco províncias do país nomeadamente, Maputo, Sofala, Manica, Nampula e Niassa. Dentro destas províncias o projecto opera em 10 áreas designadas “áreas piloto”, sendo as de Goba e de Mahel as situadas na província de Maputo.

Nestas áreas piloto, os grupos alvo a serem incorporados pelo projecto são os carvoeiros, os lenhadores e os madeireiros e o objectivo do projecto com este grupo é capacitá-los nas novas formas de maneio dos recursos naturais.

¹² Entrevista com Régulo de Goba, 5 de Fevereiro de 2002, Changana

Consta ainda nos seus objectivos a capacitação institucional. Dentro desta perspectiva introduziu-se na UEM, no IAC e no MADER, o maneiio comunitário quer nos seus curricula assim como nos programas de investigação.

Mecanismos de Execução

Segundo informações que obtivemos da Coordenadora do projecto, os mecanismos de execução do projecto em Goba consistiram na realização de reuniões numa primeira fase com as estruturas da localidade nomeadamente o presidente do Conselho Executivo, o secretário do grupo dinamizador e a autoridade tradicional, e numa segunda fase foram igualmente efectuadas reuniões com os habitantes locais para se apresentar os objectivos do projecto¹³.

Um dos objectivos nestas reuniões era procurar apoio junto aos beneficiários do projecto, auscultar as suas aspirações e necessidades. No final, registavam-se muitas aspirações mas informava-se que só podiam tomar em consideração aquelas que iam de encontro aos seus objectivos.¹⁴

Este aspecto é importante porque se os beneficiários dizem quais são as suas principais aspirações e o projecto não responder as tais aspirações, haverá que se questionar o próprio conceito de participação, largamente usado nos discursos e práticas de desenvolvimento, pois a se proceder desta forma não estão de nenhuma forma a respeitar o conceito da participação na maneira como ele deve ser entendido.

Prety, citado por Forquilha (2000), aponta sete formas de “participação”:

- . participação passiva, aquela em que as pessoas participam mediante a uma informação prévia do que irá acontecer;
- . Participações por informação, aquela em as pessoas participam respondendo a perguntas feitas pelos investigadores;

¹³ Entrevista com a coordenadora do projecto, 15 de Fevereiro de 2002, Goba

¹⁴ Entrevista com a Coordenadora do projecto, 15 de Fevereiro de 2002, Goba.

. Participação por consulta, aquela em que as pessoas são consultadas mas sendo os peritos que decidem o que fazer depois;

. Participação por incentivos materiais, aquela em que as pessoas participam recebendo em troca determinados bens;

. Participação interactiva, aquela em que as pessoas participam tomando iniciativas de forma independente das instituições externas ao seu meio para melhorar as suas condições de vida.

A ideia de participação subjacente a estes projectos, não foge à aquela que Prety (citado por Cadete, 2001) designa de Participação por Consulta, aquela em que as pessoas são consultadas, sendo no entanto os peritos que decidem o que fazer depois.

Para efeitos deste trabalho manteremos a designação de “participação por consulta” quando nos referimos a esta forma específica de participação, uma vez que quanto a nós pretendemos ver a participação como aquele processo de interacção em que as pessoas participam tomando iniciativas de uma forma independente das instituições externas ao seu meio para melhorar as suas condições de vida.

Segundo a coordenadora do projecto, foram identificadas nestas reuniões cinco aspirações dos habitantes locais, nomeadamente a titulação da área, o desenvolvimento do ecoturismo na zona, organização comunitária, a necessidade de outras actividades para além da produção de carvão e corte de lenha tidas como tradicionais naquela região e, por ultimo, o plano de manejo¹⁵.

Muitas foram as razões para se justificar estas necessidades. A titulação da área, deveu-se ao facto dos habitantes locais pretenderem obter certificados de uso e aproveitamento da terra, por outro lado viam no eco-turismo uma área que ofereceria postos de emprego. Queriam melhorar a organização comunitária porque achavam

¹⁵ Entrevista com a Coordenadora do projecto, 15 de Fevereiro de 2002, Goba

não estarem bem organizados¹⁶.

Para sanar a falta de organização, o projecto formou em Dezembro de 1997 um Comité de Gestão dos Recursos Naturais composto por 30 membros, sendo 10 de cada um dos três bairros que compõem a vila. Destes 30 membros escolheram-se 11 para formarem o Comité administrativo entre os quais consta um presidente e seu adjunto, um secretário e um tesoureiro. Neste caso foi eleito para Presidente deste organismo, o senhor Rafael Mathe¹⁷.

Este Comité tem por objectivo supervisionar às actividades de exploração florestal e em coordenação com os Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia emite licenças para a produção de carvão e corte de lenha, faz apreensões e aplica multas em casos de transgressão dos objectivos traçados pelo plano de manejo.

Quanto ao critério de selecção dos membros deste Comité de Gestão dos Recursos Naturais, informações que podemos colher no terreno dão conta de que ela foi efectuada com bastante influência do projecto: *“Se fossemos nós a escolhermos as pessoas para este Comité, a escolha teria sido outra. Primeiro púnhamos como presidente uma pessoa natural daqui de Goba com muita experiência de vida como por exemplo o Régulo. Também privilegiaríamos a presença de mulheres neste Comité¹⁸”*. Quanto a este último aspecto é de realçar que a participação de mulheres nestes projectos é de fundamental importância, pois, homens e mulheres têm diferentes perspectivas sobre o manejo dos recursos naturais. Deste modo, entendemos que ambas deveriam ser consideradas num processo holístico.

Portanto, como se pode constatar o manejo comunitário de recursos naturais requer um enfoque de género em todas as suas fases. A ausência desta reflexão no caso específico de Goba é sem margens para dúvidas um exemplo de influências de agendas externas nas comunidades locais.

Informaram-nos ainda que os habitantes de Goba pretendiam desenvolver outras

¹⁶ Entrevista com a Coordenadora do projecto, 15 de Fevereiro de 2002, Goba

¹⁷ Entrevista com a Coordenadora do projecto, 15 de Fevereiro de 2002, Goba

¹⁸ Entrevista com Tenente Chachuaio, 15 de Março 2002, Portugês/Changana, Goba

actividades para além da produção de carvão e corte de lenha e dentro deste anseio o projecto criou o chamado “Grupos de Interesse”; dinamizador de várias actividades, nomeadamente: carpintaria, criação de animais de pequena espécie, latoaria, apicultura, corte e costura e teatro¹⁹.

O projecto, numa primeira fase, comprou todo material para que estes grupos pudessem arrancar com as suas actividades. Ficou combinado que as vendas resultantes das primeiras produções, seriam para reembolsar ao projecto o valor disponibilizado na compra de material. Por sua vez o projecto usaria este valor para apoiar outros habitantes que não tivessem sido abrangidos na primeira beneficiação. No entanto, o que aconteceu é que o dinheiro não foi reembolsado ao projecto devido a má gestão dos fundos pelos respectivos grupos e como consequência estes grupos desintegraram-se.

Quanto a este aspecto entendemos que o projecto errou ao não submeter estes grupos a um curso de gestão de fundos, o que poderia de certa forma ter evitado esta situação.

Por último, os habitantes desta vila pretendiam que fossem introduzidas regras de maneiio dos recursos naturais. Respondendo a esta aspiração comunitária, o projecto introduziu o Plano de Maneio que corresponde a um documento técnico no qual constam as actividades e as medidas técnicas a serem implementadas pelos vários intervenientes na conservação, gestão e utilização dos recursos florestais e faunísticos²⁰.

Estas medidas consistiram, por exemplo na delimitação da área que estaria sob gestão comunitária, uma área com cerca de 100.000 hectares e identificação das zonas para gestão comunitária, nomeadamente zona residencial, de produção agrícola, de pasto, de produção de carvão, de fauna bravia, de recreação e ecoturismo e zona de plantações florestais, entre outros procedimentos técnicos.

O Plano de Maneio introduziu o pagamento de licenças como condição *sine qua*

¹⁹ Entrevista com a coordenadora do projecto, 15 de Fevereiro de 2002, Goba

non para a exploração dos recursos florestais (ver a tabela a seguir)²¹.

Classe	Valor da taxa de licença (Mt/M3)
Preciosas	2.000.000.00
1ª classe	500.000.00
2ª classe	300.000.00
3ª classe	200.000.00
4ª classe	100.000.00

Materiais de construção com diâmetro inferior a 20 cm :

- a) Espécies de 3ª classe.....150.000.00/Estere
- b) Espécies de 4ª classe.....100.000.00/Estere

Combustíveis lenhosos:

Lenha.....2.500.00 Mt/Estere

Outros produtos: Cascas, gomas, raízes, folhas, frutos, semente.....100.000.00
Mt/ton.

É de realçar que a taxa de combustíveis lenhosos sofreu uma alteração em Outubro de 2002 passando de 2.500.00 Mt/Estere para 10.000.00 Mt/Estere

O Plano de Maneio estipulou as quantidades de carvão a serem produzidos na região de Goba. Só podem ser produzidos anualmente nesta região 3000 sacos de carvão por ano.

Passou a vigorar neste Plano de Maneio que os recursos florestais e faunísticos só podiam ser explorados por pessoas que tenham família, uma parcela de Machamba em Goba. Estipulou ainda um período de defeso florestal, que vai de 1 de Dezembro à 31 de Março, e também um período de caça que vai de 1 a 30 (Plano de Maneio de Florestas e Fauna Bravia de Goba, 1997).

²⁰ Entrevista a Coordenadora do projecto, 15 de Fevereiro de 2002, Goba

²¹ Dados obtidos na Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Maputo

A distância entre as expectativas locais e aquilo que efectivamente é implementado no âmbito do projecto, é já por si prenunciador de zonas de tensão. A agravar esta situação, temos o facto de que o Comité de Gestão dos Recursos Naturais é dirigido por um indivíduo natural de Gaza. Portanto um “estrangeiro” que deste modo se apropria de funções consideradas como sendo da responsabilidade do Régulo local. Assim, para todos os efeitos, no que respeita à gestão dos recursos florestais e faunísticos este está subordinado à autoridade do referido Comité.

Esta situação levou-nos de certa forma a questionar a legitimidade da autoridade tradicional, uma vez que já desempenharam um importante papel na gestão dos recursos naturais. A legislação florestal de períodos que antecederam a independência nacional em 1975 reconhecia este papel impondo como condição a consulta das autoridades tradicionais antes da implementação de qualquer iniciativa de exploração dos recursos (Matakala, 2001::51).

Eram também tarefas destes chefes tradicionais decidir sobre a alocação de terras dentro do território que administravam assim como decidir sobre quem vai trabalhar numa machamba. Cabia-lhes ainda coordenar a alocação e o maneio de outros recursos como a caça, a pesca nos lagos, a distribuição de terras para pastos, controlar o abate de arvores, etc.

Após a independência nacional em 1975, o governo da Frelimo retirou todo o poder a estas autoridades, alegando colidirem com o processo de modernização do Estado pois estes representavam um conhecimento tradicional e obscurantista que se opunha de certa forma ao conhecimento moderno que se pretendia implantar no país (Menezes, 1986:7).

Ao retirar o poder a estes líderes que gozam de uma grande legitimidade por parte das populações que vivem em meios rurais, o Estado desestruturou o sistema administrativo local e criou condições para o incremento de uma dupla administração pois este sistema continuou a funcionar em paralelo com o sistema administrativo estatal (ibidem, p.9).

Em Goba, o Régulo continua a ter uma forte legitimidade perante os habitantes

locais notando-se a sua influência a nível da resolução de conflitos conjugais e entre habitantes locais assim como em cerimónias religiosas.

Um outro aspecto importante de mencionar, é o facto de circularem versões segundo as quais em Goba não houve participação dos beneficiários na identificação e desenho do projecto, e que este foi induzido a partir de fora. A identificação do projecto, foi acompanhado por um diagnóstico em que os habitantes locais, participaram passivamente como respondentes de perguntas feitas pelos respectivos implementadores. As autoridades administrativas locais não foram contactadas antes da implementação do projecto, daí que não o reconhecem como legítimo²².

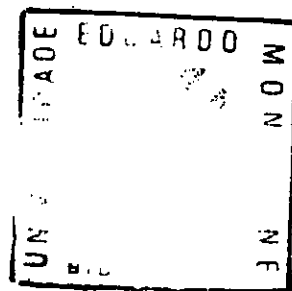
Esta situação contraria as afirmações da Coordenadora do projecto segundo as quais este organismo, quando chegou à vila, contactou imediatamente as autoridades locais para apresentar os seus objectivos. Por outro lado, reforça ainda aquelas críticas de que estes projectos pretendem deixar transparecer que foram desenhados com base aspirações comunitárias enquanto no fundo são implantados a partir do exterior (Adam, 1998: 51).

Se por um lado o projecto veio colmatar a grande pressão a que os recursos estavam submetidos, por outro trouxe grandes tensões e conflitos entre os diversos intervenientes envolvidos no processo de exploração dos recursos florestais.

VI. TENSÕES E CONFLITOS EM TORNO DOS RECURSOS NATURAIS

A implementação do projecto em Goba, trouxe à luz do dia conflitos entre os intervenientes envolvidos na exploração dos recursos naturais. Entendemos neste caso que para uma melhor compreensão dos mesmos seria necessário explicar detalhadamente os problemas, as partes envolvidas e o processo de desenvolvimento de cada um dos conflitos aqui identificados.

Os conflitos por nós identificados e que constituem os principais polos de tensão podem ser agrupados em quatro categorias:



- 1) Disputas entre as autoridades locais e a coordenação do projecto,
- 2) Disputas entre investidores externos e membros da comunidade local,
- 3) Disputas entre os que vivem de actividades que assentam na exploração dos recursos florestais e faunísticos e a coordenação do projecto,
- 4) Disputas entre os que reivindicam ser naturais da terra e os que são considerados “estrangeiros”.

1 - Disputas entre as autoridades locais e a coordenação do projecto

Existe um conflito que envolve o presidente do Conselho Executivo (senhor Manhiça) e a coordenação do projecto. Este conflito tem como principal causa a disputa de parcelas de terra na área de Goba.

Informações que obtivemos dão conta de que o presidente do Conselho Executivo tem estado a ceder terras em benefício próprio em zonas (Mandimbe e Goba-Fronteira) que a priori reconhece serem áreas abrangidas pelos programas do projecto para construção de uma instância turística²³.

Em reacção a estas acusações, o presidente do conselho Executivo informou-nos que não reconhece o plano de maneio pelo facto de não ter sido consultado pelos mentores do projecto antes da implementação do mesmo em Goba. Ainda de acordo com este dirigente, o que ele tem feito na qualidade de presidente daquela instituição, é parcelar terras para pessoas construírem as suas casas. Informou-nos também que se há quem devia queixar-se é a população desta vila, que foi vítima de roubo protagonizado pelo projecto. Alega que nada justifica a presença deste projecto na vila porque as famílias não se beneficiaram do mesmo e continuam cada vez mais pobres²⁴.

²² Entrevista com o Presidente do Conselho Executivo de Goba, 19 de Fevereiro de 2002, Goba

²³ Entrevista com a coordenadora do projecto, 15 de Fevereiro de 2002, Goba

²⁴ Entrevista com o presidente do Conselho Executivo de Goba, 19 de Fevereiro de 2002, Goba

2 - Disputas entre investidores externos e membros da comunidade local

Um outro conflito por nós identificado envolve um investidor sul africano que tem autorização do projecto para a exploração de água mineral na região de Goba e um habitante local . Este conflito tem como principal causa a disputa de uma parcela de terra pertencente a um indivíduo que durante longos anos esteve refugiado na Swazilândia. Uma vez regressado a Goba encontra as suas antigas terras ocupadas pelo investidor sul africano, numa altura em que já havia sido implementada naquela região a lei de “título de propriedade de terra”. E em consequência deste facto o nacional perdeu as suas terras a favor do cidadão sul africano: *“Quando cheguei aqui em Goba, encontrei que a minha casa e as minhas terras tinham sido ocupadas por um senhor branco que montou uma fabrica de água. Fui ter com ele para explicar a situação e ele mostrou uns papeis que diziam que as minhas terras já eram dele. Saí dali fui para o projecto para informar a situação. Aqueles senhores dali do projecto disseram-me que sem aqueles papeis eu não podia provar que as terras são minhas. Mais a muito tempo antes de eu fugir para a Swazilândia, esses papeis deles não existiam. Nós cultivávamos onde queríamos. Mesmo aqui onde está esta fabrica, eu e a minha família é que cultivamos, isto era mato e não vivia ninguém. A minha terra saía desde aqui da minha casa até ali naquelas duas árvores. Agora dizem que temos que ter papel²⁵”*.

Quanto a este aspecto é de salientar que desde a independência nacional em Junho de 1975, os instrumentos legais do Estado estabeleceram que os recursos naturais são pertença do Estado.

Nesta fase qualquer cidadão podia cultivar as terras livres . Durante o último conflito armado no país, porque Goba se tornou uma região bastante insegura, muitas pessoas refugiaram-se em outras zonas distantes em busca de segurança. Esta situação abriu a possibilidade para que os locais que estavam na posse de famílias locais temporariamente abandonadas fossem solicitadas por elementos externos `a vila, especialmente a partir do momento em que se introduziu o título de propriedade

²⁵ Entrevista com Tenente Chachuaio, 15 de Março de 2002, conduzida em Português e Changana, Goba

da terra.

O projecto ao funcionar com mecanismos como títulos de propriedade da terra, entra em conflito com as lógicas locais de posse e uso dos recursos, sendo este mais um exemplo de influências de agendas externas em comunidades locais.

3 - Disputas entre os que vivem de actividades que assentam na exploração dos recursos florestais e faunísticos e a coordenação do projecto.

Existe também um outro conflito em Goba que envolve o projecto e os que vivem de actividades que assentam na exploração de recursos florestais. Segundo o que podemos constatar no terreno, o grande polo de discórdia da comunidade local deve-se à alguns procedimentos técnicos considerados rígidos estipulados no Plano de Maneio dentre os quais o licenciamento²⁶ como condição *sine qua non* para a exploração florestal nomeadamente para a produção de carvão e corte de lenha.

O grande ponto de contestação dos habitantes locais, principalmente dos que dependem dos recursos da floresta para sobrevivência, são os preços das licenças a serem pagas para a exploração florestal. Estas são apontadas como sendo muito caras para as condições económicas dos habitantes locais. Adiantam ainda que trazem poucos benefícios em termos de rendimento monetário quando comparado a períodos anteriores à implantação do projecto em Goba.

Em reacção a estas medidas consideradas rígidas implementadas pelo projecto, muitas foram as reclamações dos habitantes locais, das quais importa destacar a que nos pareceu a mais comum nesta vila: “*O projecto veio estragar a nossa vida aqui em Goba, desde que eles chegaram aqui, nós já não conseguimos fazer nada. Eles dizem que vêm nos ensinar a trabalhar com o mato. Mas quem são eles para nos*

²⁶ A exploração dos recursos florestais e faunísticos, deve observar um regime de licenças simples e por contrato. A exploração sob regime de licença simples, é sujeita a quantidades e prazos limitados e é exercida exclusivamente por operadores nacionais e pelas comunidades locais para fins comerciais e industriais e inergéticos com observância do plano de maneio. Enquanto que a exploração florestal em regime de contrato, é exercida por pessoas singulares ou colectivas e pelas comunidades locais nas florestas produtivas e nas de utilização múltipla, para o abastecimento à indústria de processamento ou inergética com observância de plano de maneio previamente aprovado pelo sector (Política Nacional De Florestas e Fauna Bravia, 1997)

ensinar isso? Este mato é nosso e sabemos conservá-lo, os nossos avós ensinaram-nos isso. Desde que eles chegaram nós estamos a passar mal, já não conseguimos fazer nada para comer lá em casa. Dizem que agora temos que pagar licença para fazer lenha. A licença que eles dizem para pagarmos para fazer carvão é muito cara e depois mesmo quando pagamos medem a quantidade para produzirmos. Antes deles chegarem aqui conseguíamos fazer alguma coisa para sustentar as crianças lá em casa, porque naquela altura não havia aqui em Goba essas coisas de licença deles. Eu mesmo conseguia produzir 25 -30 sacos de carvão por mês²⁷”.

De notar que a medida que este informante desabafava connosco, todos aqueles que por curiosidade assistiam à nossa conversa acenavam as cabeças em sinal de plena concordância.

Quanto a este aspecto dos licenciamentos, soubemos dos responsáveis do projecto que este organismo não pode fazer nada, porque os valores a serem pagos pelas licenças já vêm estipulados na nova Política de Florestas e Fauna Bravia e devem ser cumpridos por todos moçambicanos, não se podendo abrir uma excepção para os habitantes de Goba²⁸.

Informaram-nos ainda que em consequência do encarecimento das licenças, o Plano de Maneio tem sido sistematicamente violado por um elevado número de habitantes locais que durante as suas incursões ao interior da floresta cortam todo tipo de árvores que encontram pela frente para o fabrico de carvão e lenha.

Estas práticas conduzem a situações de conflito entre estes indivíduos e a coordenação do projecto, pois, a exploração florestal sem o prévio pagamento da taxa de licença constitui uma infracção²⁹ punível por lei. O comité de Gestão dos recursos naturais em coordenação com o Fiscal florestal afecto a região de Goba dos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia são as entidades responsáveis pela apreensão

²⁷ Entrevista com senhor Tenente Chachuaio, natural de Goba e carvoeiro de profissão, 15 de Março de 2002, conduzida em português e Changana, Goba.

²⁸ Entrevista com a coordenadora do projecto, 21 de Março de 2002, Goba.

²⁹ Constitui infracção punível com pena de 2.000.000.00 Mt, os seguintes factos: exploração florestal sem autorização ou em desacordo com as condições de exploração, práticas de qualquer acto que perturbe a fauna em zonas de protecção, caça sem licença ou em desacordo com as condições legalmente estabelecidas (Política de Florestas e Fauna Bravia, 1997).

dos produtos florestais explorados ilegalmente.

Há informações segundo as quais o uso da força tem sido um dos mecanismos usados pelo projecto na apreensão destes recursos aos habitantes de Goba: *“Estes daqui do projecto quando nós pusemos carvão aqui a frente da casa para as pessoas verem e comprar, eles entram sem pedir licença, levam o carvão e vão embora. Aqui mesmo na minha casa já fizeram isso, eu estava sentado aqui no quintal, eles chegaram com o tractor, entraram e levaram o carvão que estava ali a frente depois disseram se você precisar do carvão venha lá no projecto e foram embora³⁰”*.

Estes conflitos são determinados pelas relações de poder na qual está em jogo a imposição de uma visão do mundo para aquilo que constitui a gestão dos recursos naturais pelo projecto, ou seja, sob a perspectiva do poder simbólico, impõem a visão do mundo social mais de acordo com os seus interesses (BOURDIEU, 1994 :11).

4 – Disputas entre os que reivindicam ser naturais da terra e os que são considerados “extrangeiros”

Os naturais de Goba, nas suas relações com os emigrantes vêm estes últimos como os maiores responsáveis pela degradação dos recursos florestais, pois, há informações segundo as quais, o que lhes interessa é o lucro e não a sua sustentabilidade e que durante as suas práticas não respeitam as normas da terra: *“Nós próprios daqui de Goba não somos muitos. A família Mazie, minha própria família é que somos próprios daqui. Todos falamos a mesma língua. Esses outros aí vieram para aqui para trabalhar nos caminhos de Ferro e outros vieram para fazer carvão. Estes é que são muitos aqui em Goba do que nós, são estes que estragaram e continuam até hoje a estragar o nosso mato. Cortam tudo para fazer lenha e carvão; até aquelas árvores que a nossa tradição não deixa cortar, estes senhores cortam. São pessoas que não respeitam a terra dos outros, só pensam no dinheiro. Até os animais que tínhamos aqui muitos fugiram para outros lugares por causa do*

³⁰ Entrevista com senhor Tenente Chachuiao, 15 de Março de 2002 conduzida em português e Changana, Goba.

*barulho e fogo que eles fazem no mato*³¹”.

É de realçar que o uso do apelido, *Xibongo*, como sinónimo de pertença espacial em Goba não é estático, pois, muitos outros são exaltados pelos seus habitantes e este facto é visível a partir do seguinte relato: “*As pessoas próprias daqui de Goba, são os Chachuio e os Machuvene. Esses outros vieram para trabalhar*³²....”

Estas afirmações deixam transparecer, embora de forma implícita, que existe em Goba uma clara marca de distinção entre o “nós” e os “outros”. O “nós” aqui usado não é no sentido de comunidade mas sim surge como uma forma de distinção entre os nativos (nós) e os emigrantes, esses “outros” com práticas estranhas a dos “nós” de Goba.

Dentro desta lógica, procuramos perceber dos externos face as acusações a eles dirigidas, como é que se caracterizam a si próprios e como vêm os outros: “*Eu vim parar aqui porque o meu tio que vive aqui a muito tempo chamou-me para vir ajudar a ele nos trabalhos de lenha e carvão. Depois arranjei um terreno e construí a minha própria casa e casei com uma mulher daqui mesmo de Goba. A partir daqui comecei a fazer carvão e cortar lenha para minha conta própria. Agora, estes senhores daqui de Goba não podem andar aí a falar que somos nós que viemos de fora que estragamos este mato. Aqui há também pessoas que não respeitam a sua própria terra porque também cortavam de qualquer maneira as árvores. Nós respeitamos a terra dos outros porque lá na nossa terra também há regras. Outra coisa, estes senhores não podem se fazer de donos deste mato porque no tempo da guerra, fomos nós que não somos daqui, que defendemos esta terra, eles fugiram foram se esconder noutros lados*³³”.

Está bem patente nestas afirmações que os recursos florestais como árvores, não são percebidos localmente por alguns habitantes como objectos passivos de serem propriedade de alguém, pois, entendem serem bens de um sistema de que todos fazem parte.

³¹ Entrevista com o Régulo de Goba, de 2 de Abril de 2002, Changana.

³² Entrevista com Tenente Chachuio, 15 de Março, 2002, Goba, Português/Changana.

³³ Entrevista com Francisco Comé, carvoeiro, natural de Massinga – Inhambane, português, Goba.

Da presente descrição dos conflitos em Goba podemos constatar a prevalência de diversas diferenciações sociais, o que nos remete necessariamente para a ausência de uma “comunidade” homogénea tal como ela é concebida pelos mentores destes projectos. Esta situação vem ainda reforçar a ideia segundo a qual a “comunidade” não é um dado mais sim um conjunto de relações sociais que ocorrem num determinado espaço. Tal como afirma Bourdieu (1988), a sociedade é campo de relações sociais onde prevalece a distinção, diferenciação como resultado de processo histórico, de estratégias individuais e colectivas.

VII. CONSTRUÍDO UMA PROBLEMÁTICA: LÓGICAS CONTRADITÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE “COMUNIDADE” EM GOBA

As diversas *Minti*³⁴, *grupos domésticos*, localizados no interior da vila de Goba não são vestígios de um passado comum, mas sim o resultado de todo um processo histórico já referido anteriormente: migrações, guerras e exploração da floresta.

Deste modo, perante uma população bastante heterogénea, a construção de representação de “comunidade” a partir de critérios físicos e geográficos é questionável. Na óptica de Bourdieu (1994:108-109), a construção de representação de “comunidade” não deve cingir-se apenas à análise do conteúdo do espaço físico mas sim deve ir muito para além das fronteiras políticas ou administrativas.

Francisco (2001:17), na mesma esteira defendida por Bourdieu afirma que os limites de “comunidade” não estão nas fronteiras físicas ou administrativas da área mas sim no grau de repercussão participativa dos grupos e sub-grupos aí presentes que se identificam em termos de interesses e preocupações que podem ter por base condições diferenciadas de existência.

Portanto, estas são as abordagens com as quais nos identificamos e que por conseguinte irão constituir a base da nossa análise em todo este trabalho. Escolhemos adoptar estas abordagens para evitarmos visões fixas e estáticas do conceito de “comunidade” contrariando desta forma a posição de Redfield e seus discípulos por

conterem grandes restrições teóricas e metodológicas. Pretendemos também privilegiar situações de interacção que mostram como os diferentes agentes envolvidos no processo de gestão dos recursos naturais se percebem a si mesmos e os outros numa tentativa de controle dos seus recursos e suas capacidades. Entendemos que é no espaço de interacções que se criam e se reproduzem espaços normativos que originam e legitimam a existência de “comunidade” não como um grupo homogéneo mas sim diferenciado.

Dentro desta perspectiva e através da implementação do projecto FAO GCP/MOZ/056/NET com o título “Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia”, pretendemos analisar a maneira como os individuos e grupos estrategizam as suas acções dentro de um quadro de relações em que está presente o controle dos recursos tendente à afirmação de uma identidade de grupo ou seja uma “comunidade”.

Para o efeito articulamos as nossas análises às ideias defendidas por Bourdieu e Francisco acima citadas. Os conflitos que se verificam entre os diferentes intervenientes em torno dos recursos naturais podem ser usados como uma luz para explorar os modos como os individuos forjam as suas identidades. Aliás, a maneira como metodologicamente escolhemos abordar esta problemática através do estudo dos conflitos resultantes da implementação do projecto revela-nos que consoante as situações os vários interessados fazem alianças e constróem estratégias mediante os casos.

Desta forma, os conflitos em torno dos recursos naturais em Goba, são bem ilustrativos de como em situações específicas como por exemplo, contestar posições do projecto, várias estratégias são manipuladas pelos individuos em defesa dos seus interesses particulares: *“O projecto veio estragar a nossa vida aqui em Goba. Eles dizem que vem nos ensinar a trabalhar com o mato. Mas quem são eles para nos ensinar isso? Este mato é nosso e sabemos conservá-lo, os nossos avós ensinaram-nos isso...”*³⁵

³⁴ plural de Munti.

³⁵ Informação retirada da entrevista citada na pagina 40 com o senhor Tenente Chachuaio, 15 de Março, Goba.

Como se pode constatar quando os objectivos do projecto colidem com a dos beneficiários, vários elementos de identidade surgem a superfície. Neste caso específico os indivíduos apegam-se a terra, evocam os antepassados em defesa de seus interesses.

A manipulação destas identidades torna-se ainda mais manifesta em situações de contestação das actividades levadas a cabo por indivíduos externos a Goba: *Nós próprios daqui de Goba somos os Mazie. "Todos falamos a mesma língua. Esses outros vieram para aqui trabalhar e outros para fazer carvão. Estes é que estragaram e continuam até hoje a estragar o nosso mato..."*³⁶

Como é de notar, à afirmação de identidade de grupo é reforçada através de vários símbolos nomeadamente de um território comum exaltado através da descendência de um mesmo ancestral, da língua e pelo mesmo **Xibongo**, apelido. É de realçar que os ancestrais não são estáticos, pois, neste mesmo espaço vários outros são exaltados como são os exemplos dos Machuvene e Chachuaio.

Sem a posse destes elementos acima citados que colocam o indivíduo dentro do sistema localmente reconhecido de classificação social, não é reconhecido qualquer privilégio aos "estrangeiros". Estas identidades e estórias ocultas re-emergem sob determinadas condições, neste caso específico quando se trata de diferenciação dos nativos em relação aos estrangeiros ligadas a exploração dos recursos.

Estas afirmações tornam-se válidas se tomarmos em consideração as afirmações do Régulo local: em relação a posse de terra: *" todos os que vêm do mesmo antepassado podem pedir terra aqui em Goba se forem homens porque estas terras são nossas, somos do mesmo xibongo, apelido"*³⁷.

Como é de notar, percorrem nesta vila várias diferenciações sociais o que nos leva a concluir que a "comunidade" não deve ser vista como homogénea ou melhor como

³⁶ Informação retirada da entrevista já citada na pag.42 efectuada ao Régulo de Goba ,2 de Abril de 2002, Changana.

³⁷ Entrevista com o Régulo de Goba, 2 de Abril, changana.

um dado tal e qual é idealizado pelos mentores destes projectos. Deste modo, qualquer representação da realidade social local como homogénea redonda numa enorme mistificação.

Os conflitos são ainda reveladores da existência neste espaço, de mais de uma "comunidade". Segundo Calhoun citado por Pina Cabral (1986) a "comunidade" deve ser vista como uma variável porque podem existir comunidades que se criam em detrimento de outras e comunidades no interior de comunidades. É o caso dos Mazie que reivindicam a legitimidade da pertença do espaço em detrimento dos Machuvene e dos Chachuaio que também se dizem legítimos da terra.

Estes argumentos são mais do que suficientes para pormos de lado a visão homogeneizante do conceito de "comunidade", pois, se não há como afirma O'Neil (1988:1331) uma verdadeira comunidade tendencialmente igualitária de vizinhos numa aldeia, de habitantes numa vila, de membros de uma mesma família concreta, de parentes numa parentela, de fieis numa igreja, então a "comunidade" terá de ser encontrada noutra nível mais invisível e empiricamente intangível.

Sendo assim e no âmbito do quadro analítico adoptado pretendemos reafirmar que a comunidade como uma entidade fixa, territorialmente localizada não existe e a partir deste ponto avançamos com as seguintes hipóteses que reflectem os pressupostos subjacentes ao problema formulado:

- Em Goba os indivíduos fazem apelo ao território, aos laços de consanguinidade e pertença a um antepassado comum, a língua, etc. mas de forma diferenciada em função do tipo de relações que se estabelecem neste caso a "comunidade" não corresponde a um conjunto de pessoas vivendo num determinado espaço mas sim constitui-se num complexo sistema de relações sociais.

- Constatamos que a degradação dos recursos florestais é atribuída aos "estrangeiros" por parte dos indivíduos que se auto-intitulam naturais da terra. Aos estrangeiros não se lhes reconhece nenhum direito de exploração dos recursos em oposição aos naturais tidos conhecedores de normas, de valores para uma gestão sustentável dos recursos.

VIII. METODOLOGIA DE TRABALHO

Neste capítulo, trazemos a tona os passos seguidos que culminaram com este projecto de pesquisa e apresentamos a proposta dos instrumentos teóricos e metodológicos que achamos adequados para a recolha de dados no prosseguimento da pesquisa.

É de realçar que para a elaboração deste projecto de pesquisa realizamos numa primeira fase uma revisão bibliográfica onde consultamos relatórios, obras com diferentes abordagens científicas para nos inteirarmos do tema no geral assim como do local que nos propomos estudar.

Terminada esta etapa, realizamos de Novembro de 2001 a Janeiro de 2002 algumas visitas exploratórias ao universo de estudo (vila de Goba) por forma a obtermos uma imagem do local onde funciona o projecto.

De fevereiro de 2002 à Abril do mesmo ano, realizamos um pré-inquérito neste local para inteirarmo-nos do funcionamento do projecto assim como das suas principais actividades. Considerando que um dos objectivos das entrevistas é aprofundar o nível de informação que o investigador pela observação não é capaz de compreender, tornando-se necessário constituir informantes através dos quais se possa obter mais conhecimento sobre a problemática em estudo, optamos nesta fase pela utilização desta técnica para nos inteirarmos mais sobre o assunto.

Para o efeito realizamos algumas entrevistas (semi-estruturadas) aos responsáveis do projecto assim como à alguns habitantes locais envolvidos na exploração dos recursos naturais. Optamos pela realização desta técnica para permitir que os nossos entrevistados pudessem de forma aberta dar as suas opiniões acerca do assunto sem que com isso fossem influenciados pelas nossas perguntas.

Optamos por este procedimento pelo facto de durante o pré-inquérito num primeiro exercício que visava testar esta técnica, as entrevistas estruturadas terem-se mostrado pouco adequadas, pois, os informantes respondiam rigidamente as



perguntas por nós formuladas.

Após o pré inquérito, realizamos de Junho à Agosto a análise dos dados recolhidos durante o pré-inquérito. Esta análise ofereceu-nos elementos bastante interessantes para tratamento e em especial para a construção da nossa principal problemática de estudo.

Constatamos que a interacção destas lógicas diferenciadas em volta dos projectos de desenvolvimento em Goba trouxe, à luz do dia, conflitos entre as partes interessadas na exploração dos recursos naturais e em particular os florestais.

O conflito entre os naturais e os não naturais acima citados foi o que mereceu principal destaque pelo facto de ter sido este que deixou mais salientes as diferenciações sociais em Goba.

Contrariamente aos planificadores que dão primazia ao espaço na análise de "comunidade" o nosso estudo pretende apreendê-la a um nível mais invisível e empiricamente intangível (O'Neil, 1988:1332).

Não pretendemos fechar estes grupos tal como fizeram Redfield (1953) e seus discípulos, isto é, apreender a comunidade a partir de um referencial físico, territorial mas sim tomaremos em consideração a complexidade que este conceito abarca.

Privilegiaremos uma abordagem crítica pelo facto de este ser o espírito orientador tanto da Antropologia assim como das Ciências Sociais como um todo, isto é, as ciências sociais permitem-nos essa proximidade crítica dos factos (Santos, 1994).

A nossa pesquisa obedecerá aos seguintes procedimentos técnicos: Entrevistas semi-estruturadas como técnica de recolha de informação e a observação não participante dado que durante a realização do pré-inquérito, num primeiro exercício que visava testar estas técnicas, pois estas foram eficientes.

As entrevistas semi-estruturadas nos permitirão a recolha de informação que de alguma forma servirá de indicativo sobre a natureza dos significados das relações que

se estabelecem entre as diferentes partes envolvidas na gestão dos recursos naturais na vila de Goba.

A observação não participante, entendida como aquele método em que o investigador toma contacto directo com a realidade que pretende estudar sem que no entanto tenha que se envolver profundamente nela tal e qual fez Malinowski nas ilhas trobriandesas, nos permitirá observar os factos sem que com isso tenhamos que participar neles. Pretendemos com esta técnica observar quais os elementos agenciados pelos habitantes de Goba em diferentes contextos de relacionamento.

Ao longo do nosso trabalho, repetidas vezes citamos o Régulo e a coordenadora do projecto pelo facto de durante o pré-inquérito terem se constituído entre nós óptimas relações de amizade.

IX. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Documentos Publicados

- 1 - ADAM, Yussuf, MATE, José, SIMÃO, Ofélia (1998). Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais. In Memórias da Primeira Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. Maputo: CIEDIMA, 1999, pp. 51-62.
- 2 - BROUWER, Roland (1999), Gestão Comunitária de Recursos Naturais: Crise Imanente ou Beco com Saída? In Memórias da Primeira Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. Maputo: CIEDIMA, 1999, pp. 214 - 226.
- 3 - BOURDIEU, Pierre (1988), Lições da Aula Inaugural proferida no Collège de France em 23 de Abril de 1982. São Paulo: Ática.
- 4 - BOURDIEU, Pierre (1994), O poder Simbólico. Lisboa: Difel.
- 5 - CASAL, Yanez (1996), Antropologia e Desenvolvimento. As Aldeias Comuns de Moçambique. Lisboa: IICT.
- 6 - COSSA, A (2001), Projecto de Apoio ao Maneio de Florestas e Fauna Bravia – FAO GCP/MOZ/056/NET. In Arranjos Institucionais para o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: Perfis e Análise de 42 iniciativas de Maneio Comunitário em Moçambique. Maputo: S/ed, pp. 92-155.
- 7 - CHONGUIÇA, Ebenizário (1997), Desenvolvimento Sustentável. In Boa Governação e Desenvolvimento Sustentável. Maputo: Direcção Nacional de Promoção e Divulgação Ambiental, pp. 35-56.
- 8 - DA MATTA, R (1987), Relativizando. São Paulo: Paz e Terra.
- 9 - FRANCISCO, António (2001), Desenvolvimento Comunitário: Programa Simestral da Disciplina de Desenvolvimento Comunitário para o Curso de Licenciatura em Administração Pública. Maputo: UFICS/UEM.
- 10 - FURTADO, Celso (1984), Cultura e Desenvolvimento: Em Época de Crise. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra .
- 11-FURTADO, Celso (1971), Teoria Política de Desenvolvimento Económico. 4ª Edição. São Paulo: Nacional.

- 12 - FERREIRA NETO, Alfredo e GARCIA, Sebastião (1987), O Desenvolvimento Comunitário: Princípios Para Acção. Rio de Janeiro: Bloch.
- 13 - FERREIRA DO AMARAL, João et. al (1994), Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma Esperiência do Conselho de Almeida. Lisboa:CAIS/CIES.
- 14 - FILIMÃO, Estevão (1998), O Significado do carvão nas Estratégias de Sobrevivência e de Rendimento: O Caso de Goba. In Memórias da 1ª. Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais. Maputo: CIEDIMA, 1999, pp. 131-139.
- 15-GALIANO, Alfredo Guilherme (1986), Introdução a Sociologia. São Paulo: Harbra Lda.
- 16- GIDDENS, A (1998), As Consequências da Modernidade. Oeiras: Celta.
- 17 - GOVERNO de MOÇAMBIQUE. Ministério de Plano e Finanças. Perfil do Distrito de Namaacha, 1997.
- 18 - MAGANE, Samiro et. al. (2000), Plano de Maneio de Florestas e Fauna Bravia para a Área Comunitária de Goba. Maputo: CIEDIMA.
- 19 - MAIRE, Lucy (1984), Anthropology and Development. London: The Macmillan Press Ltd.
- 20 - MANSUR, E, CUCO, A (1999), Building a Community Frestry Framwork in Mozambique: Local Communities in Sustainable Frest Management. Maputo: S/ed.
- 21 - MATSINHE, Cristiano (1999), Abordagens Desenvolvimentistas: Ainda Sobre Cultura Civica e Ethos Social. Rio de Janeiro: IFICS/PPGSA/UFRD.
- 22 - MATAKALA, Patrick (2001), O Contexto Moçambicano. In: Arranjos Institucionais Para o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN): Perfis e Análise de 42 Iniciativas de MCRN em Moçambique. Maputo: S/ed, pp. 6-29.
- 23 - MENEZES, Maria Paula G. (2002), Conhecimento local e Tradicional. Maputo: CEA.
- 24 - MENEZES, Maria Paula G. (1986), Os "outros" e "Nós". A Questão do Acesso, Uso e Gestão dos Recursos Naturais em Licuati. In: B. Santos, J. Trindade (org.), Conflitos e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique. Maputo e Coimbra: Centro de Estudos Africanos e Centro de Estudos Sócios.
- 25 - MURTEIRA, Mário. (1990), Teoria e Ideologias de desenvolvimento. In Revista Internacional de Estudos Africanos. Instituto de Investigação Científica Tropical, nº 12 e 13. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, C.E.A.A, pp. 221-232.

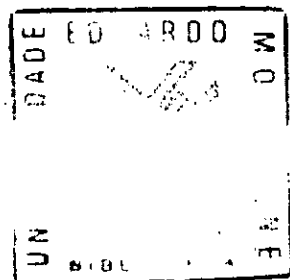
- 26 - MUCHANGA, Judite (1998), Critério de Selecção dos Projectos Comunitários de Maneio dos Recursos Naturais. In Primeira Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais. Maputo: CIEDIMA, 1999.
- 27 - O'NEIL, Brain Juan 1988 Entre a Sociologia Rural e a Antropologia: Repensando a "Comunidade" Camponesa. In Revista de Analise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, nº 103/104, pp.1331-1339.
- 28 - PINA CABRÀL, João de pina (1986), Filhos de Adão Filhas de Eva: A Visão do Mundo Camponesa do Alto Minho. Lisboa: Dom Quixote.
- 29 - SARDAN, J. P. Olivier de (1990), Para uma Abordagem Antropológica das Ideologias e Práticas de Desenvolvimento In Revista Internacional de Estudos Africanos. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, C.E.A.A, pp189-198.
- 30 - SANTOS, B. S (1994), Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade. Porto: Afrontamento.
- 31 - WIARDA, Howard J. (1981), Por Uma Teoria Não Etnocêntrica de Desenvolvimento: As Concepções Alternativas de terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Dados.

Dissertações

- 1 - FORQUILHA, Salvador Cadete. Participação dos Chefes Tradicionais no Processo de Desenvolvimento Rural. Maputo, 2001. Dissertação Parcial dos Requisitos Necessários para a Obtenção do Grau de Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, 2001.
- 2 - JOSSIAS, Elísio. Desenvolvedores e Desenvolvidos em Questão em Contextos de Práticas de Micro-finanças. O Caso dos Benefeciários da World Relief no Distrito de Xai-Xai. Maputo, 2001. Dissertação Parcial dos Requisitos Necessários para a Obtenção do Grau de Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, 2002.

X. BIBLIOGRAFIA POR CONSULTAR NO PROSSEGUIMENTO DA PESQUISA

- 1 - CASTEL BRANCO, Carlos Nuno (1994), Moçambique Perspectivas Económicas. Maputo: UEM/Fundação Friedrich Ebert.
- 2 - COUTO, Mia e A. N. (1996), A Participação das Comunidades na Gestão dos Recursos Naturais: Comportamento Ambiental Rural em Chibuto-Gaza. Maputo: GTA/MICOA.
- 3 - DUARTE Maria da Luz (1998), Experiência de Maneio Comunitário da Região documento apresentado no Seminário sobre aspectos legais do programa Tchuma Tchato. Tete.
- 4 - FLORÊNCIO, Fernando (1994), Processos de Transformação Social no Universo Rural Moçambicano Pós-Colonial. O Caso do Distrito do Buzi. Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa.
- 5 - GLUCKMAN, Max , S/data, Análise de Uma Situação Social na Zululândia Moderna. In Antropologia das Sociedades Contemporâneas.
- 6 - LOFORTE, Ana, CHITAÚTE, Mário (1998), Gestão Comunitária de Recursos Naturais: O Parque Nacional de Zinave. Maputo: CEA
- 7 - JUNOD, Henry (1974), Usos e Costumes dos Bantu: A Vida de Uma Tribo do Sul de Moçambique. Loureço Marques: Arquivo Histórico de Moçambique.
- 8 - NEGRÃO, José (1996), A Participação das Comunidades na Gestão dos Recursos Naturais. Maputo: CEA.
- 9 - PINA CABRAL, João de (1990), Identidade Familiar e Identidade Étnica: Uma Primeira Aproximação. Maputo.
- 10 - SARDAN, Jean-Pierre Olivier de (1997), Anthropologie et Developement: Essai en Socio-Anthropologie do Changement Social. Paris: Apad-Karthala, pp.77-96.



ANEXO Nº 1

QUESTÕES QUE GUIARAM AS NOSSAS CONVERSAS COM OS HABITANTES DA VILA DE GOBA.

Dados Biográficos

1. Nome
2. Sexo
3. Idade
4. Ocupação

Organização Social e Económica

1. Como estão organizados aqui na Vila de Goba?
2. Quais são as vossas principais actividades?
3. O que é que produzem?
4. Como dividem as vossas actividades quotidianas?
5. Quais são as actividades desenvolvidas pelos homens?
6. Quais são as actividades desenvolvidas pelas mulheres?
7. Quais são as actividades desenvolvidas pelas crianças?

Organização política

1. Como são resolvidos os conflitos aqui na Vila de Goba?
2. Quem resolve os conflitos entre os residentes da Vila de Goba?
3. Quem decide sobre os Recursos florestais?
4. Há feitiço?
5. Se há, como são resolvidos?

Outros Assuntos

1. Qual é a importância dos recursos florestais e faunísticos para os habitantes de Goba?
2. Qual era a situação dos recursos florestais e faunísticos antes da implementação do projecto?
3. A que se deve a situação actual dos recursos florestais e faunísticos na vila de Goba?
4. O projecto melhorou as condições de vida dos habitantes de Goba?
5. Os habitantes de Goba sentem-se confortáveis com a presença do projecto na zona?
6. Qual é a situação actual dos habitantes locais comparativamente a períodos anteriores a implantação do projecto em Goba?

ANEXO Nº 2

QUESTÕES QUE GUIARAM AS NOSSAS CONVERSAS COM OS MEMBROS DO PROJECTO GCP/MOZ/056 - " APOIO AO MANEIO COMUNITÁRIO DE FLORESTAS E FAUNA BRAVIA.

1. Qual é a génese do projecto ?
2. Quais são os interesses e que motivos levaram o projecto à Goba ?
3. Quais são os elementos locais a serem incorporados pelo projecto ?
4. Qual é a abrangência do projecto (periodicidade) ?
5. Quais foram os mecanismos de implementação do projecto em Goba ?
6. Os habitantes de Goba sentem-se confortáveis com a presença do projecto na zona ?
7. Tem havido adesão dos habitantes locais aos programas do projecto ?
8. Se não, porque motivos ?
9. Há conflitos entre o projecto e membros da comunidade local ?
10. Se sim, quais os motivos dos conflitos ?

